



**Demonstrações
Financeiras
individuais e
consolidadas**



**31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor
Independente**

V2I 
ENERGIA





TRANSFORMAR ENERGIA EM RESULTADO E VALOR COMPARTILHADO

DESTAQUES



Alta performance na primeira manutenção geral em Arcoverde com equipe própria



EBITDA societário de 270,3 milhões, gerando margem EBITDA de 77,5%



Disponibilidade média em todos os ativos (geração e transmissão) de 99,06%



Início do processo para certificação ISO 9001



Avanços significativas na renovação do contrato PROINFA da Espra por mais 20 anos



Somos GPTW (Great Place To Work) a partir de 2026

Relatório da Administração

O ano de 2025 foi marcado por avanços consistentes e pela consolidação da V2I Energia como uma operação cada vez mais eficiente, resiliente e orientada à geração de valor. Alcançamos resultados relevantes, sustentados por elevados níveis de disponibilidade e por uma evolução contínua na performance dos nossos ativos de geração e transmissão de energia. Esse desempenho se refletiu em um EBITDA societário de R\$ 270,3 milhões (ou uma margem Ebitda de 77,5%), uma receita líquida societária de R\$ 348,8 milhões e um lucro líquido societário de R\$ 104 milhões, que obteve um crescimento de 294,6% quando comparado a 2024. Mesmo diante de um cenário desafiador no setor, com aumento significativo de curtailment nos ativos de Mangue Seco, mantivemos nossa capacidade de adaptação e entrega de resultados.

Somos uma empresa com 100% de capital brasileiro, que ousa com precisão e realiza com excelência. Nosso maior diferencial está nas pessoas, que dão vida à nossa estratégia e sustentam nossos resultados. Atuamos em ativos distribuídos por milhares de quilômetros, de norte a sul do país, enfrentando desafios complexos com disciplina, competência e senso de propósito. Valorizamos o trabalho, a escuta ativa e o respeito, e buscamos construir, junto às comunidades onde estamos presentes, relações de parceria que gerem desenvolvimento e impacto positivo. É com essa base que seguimos investindo na energia brasileira para multiplicar e compartilhar valor, hoje e no futuro.

Confirmando os constantes investimentos feitos nas equipes, em treinamentos e no bem estar dos colaboradores, em 12 de março de 2026, a V2I conquistou a certificação Great Place to Work (GPTW), reconhecimento concedido às organizações que se destacam pela qualidade do ambiente de trabalho e pelas práticas de gestão de pessoas. Na avaliação, a Companhia alcançou nota média de 97% na pesquisa com colaboradores, refletindo elevado nível de satisfação interna. O índice de confiança (que é atribuído pela própria certificadora) atingiu 100%, evidenciando a forte percepção de que a V2I é um excelente lugar para se trabalhar. Adicionalmente, os indicadores de confiança, credibilidade e respeito alcançaram 96%, acima da média do setor, enquanto os índices de orgulho e de trabalho em equipe atingiram 98%, também superiores aos benchmarks de mercado. Esse resultado reforça o compromisso da Companhia com o desenvolvimento de pessoas, a valorização de sua cultura organizacional e a construção de um ambiente de trabalho positivo e sustentável.

Nossa atuação é guiada pela convicção de que o meio ambiente e a sociedade são parte indissociável do nosso sucesso. Toda a energia que geramos é limpa, e nossas decisões são orientadas por práticas efetivas de ESG, incorporadas ao dia a dia da operação. Em 2025, avançamos também no fortalecimento dos nossos processos, para obtenção da certificação ISO 9001, que reforça nosso compromisso com qualidade, eficiência e melhoria contínua, com conclusão prevista para 2026.

Na Energética Serra da Prata, demos passos importantes para elevar ainda mais a segurança e a eficiência operacional. A implantação do Plano de Ação de Emergência (PAE), aliada a melhorias nos processos de controle dos reservatórios, permitiu reduzir perdas e otimizar o uso dos recursos hídricos, gerando ganhos diretos para a operação. Adicionalmente, avançamos nas tratativas para a prorrogação do contrato no âmbito do PROINFA por mais 20 anos, o que trará maior previsibilidade e estabilidade financeira ao ativo, até 2048, com forte impacto positivo na geração de valor da companhia.

Ao longo do ano, nossos ativos de geração e transmissão demonstraram elevada maturidade operacional. Em Mangue Seco, mesmo diante dos desafios impostos pelo setor (curtailment), evoluímos em indicadores essenciais, como disponibilidade e confiabilidade, apoiados por uma operação cada vez mais orientada por dados, tecnologia e aprimoramento contínuo.

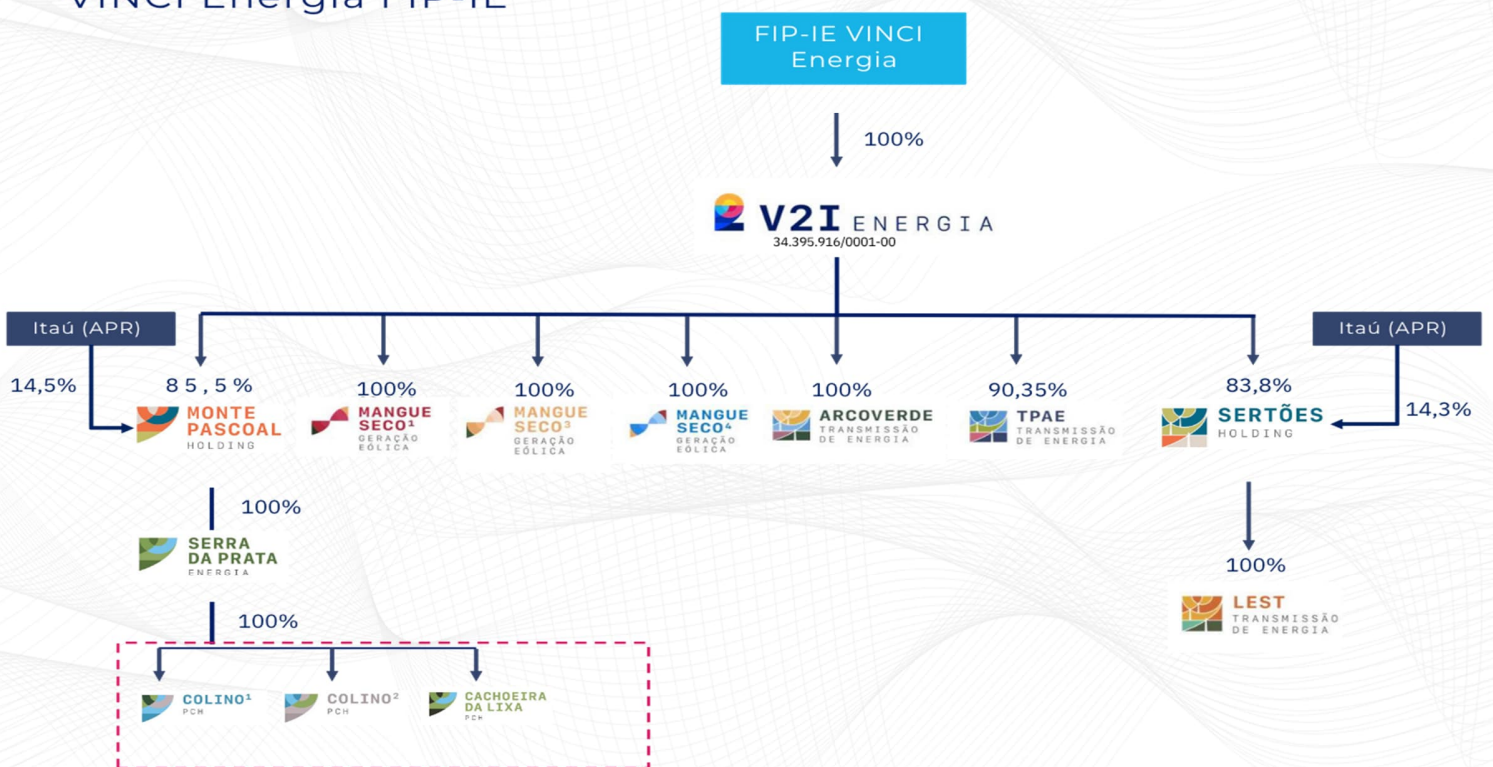
Em Arcoverde, a realização da primeira manutenção geral com equipe própria simbolizou um marco importante na nossa trajetória, evidenciando o nível de preparo, engajamento e senso de responsabilidade dos nossos profissionais. Já em LEST, a transformação digital dos processos de manutenção, aliada à modernização da infraestrutura e ao fortalecimento das práticas de segurança, resultou em ganhos relevantes de eficiência, confiabilidade e sustentabilidade operacional.

Mais do que números, 2025 foi um ano que reforçou quem somos e como trabalhamos. Evoluímos como operação, como equipe e como organização. Cada conquista ao longo do ano reflete disciplina, comprometimento e um propósito

comum: gerar energia com qualidade, responsabilidade e visão de longo prazo. Seguimos confiantes de que estamos construindo uma trajetória sólida, baseada em excelência operacional, inovação, respeito, responsabilidade e criação sustentável de valor para todos os nossos stakeholders.

Diretoria Executiva
Ana Paula Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora
Vagner Alexandre Serratto
Diretor

VINCI Energia FIP-IE



V2i Energia S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

Índice

| | |
|---|----|
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.... | 1 |
| Balanços patrimoniais..... | 6 |
| Demonstrações dos resultados..... | 8 |
| Demonstrações dos resultados abrangentes | 9 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 10 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa..... | 11 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas | 13 |



Shape the future
with confidence

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Diretores e Administradores da
V2i Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da V2I Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Shape the future
with confidence

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota explicativa nº 9 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui registrado o montante consolidado de R\$1.212.482 mil referente aos ativos de contrato vinculados aos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica de suas controladas. Esses ativos de contrato refletem o valor que as controladas possuem o direito de receber, advindo do investimento realizado na infraestrutura de respectiva concessão. Adicionalmente, a Companhia também avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que as controladas passem a ter um direito incondicional de receber caixa.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 - *Revenue from contract with customer*) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da diretoria.



**Shape the future
with confidence**

Devido à relevância dos valores e julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros(i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) a avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) a leitura dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (v) a análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (vi) a análise da eventual existência de contrato oneroso; (vii) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (viii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela diretoria são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.3, 9 e 23, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Roberto Cesar Andrade dos Santos'.

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC RJ-093771/O



Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

| Notas | Controladora | | Consolidado | | |
|--|--------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | |
| Ativo | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 5.431 | 2.366 | 95.508 | 68.988 |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | 9 | 6.540 | 9 | 6.540 |
| Contas a receber de clientes | 7 | - | - | 22.637 | 19.068 |
| Saldo a receber - conta escrow | 10 | 9.590 | - | 9.590 | - |
| Dividendos a receber | 8 | 13.627 | 16.508 | - | - |
| Tributos a recuperar | | 4.091 | 3.849 | 6.429 | 8.658 |
| Concessão do serviço público (ativo de contrato) | 9 | - | - | 109.075 | 95.280 |
| Outros ativos circulantes | | 900 | 99 | 3.521 | 3.061 |
| | | 33.648 | 29.362 | 246.769 | 201.595 |
| Ativos classificados como mantidos para venda | 10 | - | 191.800 | - | 564.570 |
| Total do Ativo Circulante | | 33.648 | 221.162 | 246.769 | 766.165 |
| Não Circulante | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | - | - | 25.201 | 23.579 |
| Concessão do serviço público (ativo de contrato) | 9 | - | - | 1.188.478 | 1.117.202 |
| Despesas antecipadas | | 8.136 | 9.686 | 9.109 | 9.686 |
| Impostos Diferidos | | - | - | - | 15 |
| Investimentos | 12 | 1.062.347 | 918.406 | - | - |
| Imobilizado | 13 | 1.076 | 1.110 | 583.250 | 613.454 |
| Intangíveis | | 291 | 190 | 332 | 267 |
| Direito de uso | 11 | 531 | 866 | 11.961 | 13.215 |
| Outros ativos não circulantes | | 20 | - | 4.633 | 3.994 |
| Total do Ativo Não Circulante | | 1.072.401 | 930.258 | 1.822.964 | 1.781.412 |
| Total do Ativo | | 1.106.049 | 1.151.420 | 2.069.733 | 2.547.577 |

| | Notas | Controladora | | Consolidado | |
|---|-------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Passivo | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Fornecedores | 14 | 376 | 406 | 6.291 | 13.444 |
| Contas a pagar | | - | - | 2.546 | 222 |
| Empréstimos | 15 | - | - | 47.819 | 52.725 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 16 | - | - | 5.709 | 4.781 |
| Ações Preferenciais Resgatáveis (APRs) | 15 | - | - | 12.018 | 22.980 |
| Debêntures | 17 | 27.200 | 209.964 | 35.195 | 217.814 |
| Dividendos a pagar | 8 | 12.401 | 10.932 | 12.588 | 11.120 |
| Contrato de mútuo - parte relacionada | | 5.661 | - | - | - |
| Passivo de arrendamento | 11 | 358 | 319 | 1.914 | 1.742 |
| Imposto de renda e Contribuição social a pagar | 19 | - | - | 1.997 | 1.881 |
| Outros passivos circulantes | | 498 | 566 | 3.340 | 3.559 |
| | | 46.494 | 222.187 | 129.417 | 330.268 |
| Passivos classificados como mantidos para venda | 10 | - | - | - | 372.770 |
| Total Passivo Circulante | | 46.494 | 222.187 | 129.417 | 703.038 |
| Não Circulante | | | | | |
| Fornecedores | | - | - | 1.014 | 2.049 |
| Empréstimos | 15 | - | - | 395.810 | 432.094 |
| Ações Preferenciais Resgatáveis (APRs) | 15 | - | - | 232.557 | 242.968 |
| Debêntures | 17 | 208.846 | 154.019 | 291.453 | 238.669 |
| Passivo de arrendamento | 11 | 239 | 606 | 12.851 | 14.029 |
| Conta de ressarcimento - CCEE | 18 | - | - | 59.559 | 54.891 |
| Provisão para desmobilização | 21 | - | - | 21 | 6.504 |
| Provisão contingente | 20 | - | - | 4.914 | 1.089 |
| Impostos Diferidos | 19 | 19.986 | 22.684 | 105.289 | 93.961 |
| Outros passivos não circulantes | | - | - | 9 | 1.013 |
| Total Passivo Não Circulante | | 229.071 | 177.309 | 1.103.477 | 1.087.267 |
| Capital social | 22 | 735.935 | 735.935 | 735.935 | 735.935 |
| Reserva de lucros | 22 | 94.549 | 15.989 | 94.549 | 15.989 |
| Total Patrimônio Líquido | | 830.484 | 751.924 | 830.484 | 751.924 |
| Participação dos acionistas não controladores | 22 | - | - | 6.355 | 5.348 |
| Total Passivo e do Patrimônio Líquido | | 1.106.049 | 1.151.420 | 2.069.733 | 2.547.577 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

| Notas | Controladora | | Consolidado | | |
|--|--------------|-----------------|-------------|------------------|-----------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 | |
| Receita Líquida | 23 | - | - | 348.816 | 408.694 |
| Custos dos bens construídos e serviços prestados | 24 | - | - | (66.788) | (94.427) |
| Resultado operacional bruto | | - | - | 282.028 | 314.267 |
| Despesas e receitas operacionais | | | | | |
| Outras despesas e receitas operacionais | 25 | (10.593) | (11.290) | (15.340) | (25.051) |
| Valor justo do investimento | | (8.182) | (74.417) | (8.182) | (74.417) |
| Amortização do ágio | 12 | (6.389) | (14.610) | (13.820) | (22.040) |
| Participação de equivalência patrimonial | 12 | 171.236 | 169.784 | - | - |
| Resultado operacional antes do resultado financeiro | | 146.072 | 69.467 | 244.686 | 192.759 |
| Despesas financeiras | 26 | (46.813) | (46.944) | (138.679) | (170.297) |
| Receitas financeiras | 26 | 1.072 | 751 | 18.488 | 20.595 |
| Resultado financeiro líquido | | (45.741) | (46.193) | (120.191) | (149.702) |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | | 100.331 | 23.274 | 124.495 | 43.057 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 19 | - | - | (13.478) | (14.448) |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 19 | 2.698 | 2.312 | (6.981) | (2.243) |
| Resultado líquido do exercício | | 103.029 | 25.586 | 104.036 | 26.366 |
| Lucro atribuível a: | | | | | |
| Acionistas controladores | | - | - | 103.029 | 25.586 |
| Acionistas não controladores | | - | - | 1.007 | 780 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Demonstrações dos resultados abrangentes
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidada | |
|-------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Resultado do exercício | 103.029 | 25.586 | 104.036 | 26.366 |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - |
| Lucros Líquido do exercício | 103.029 | 25.586 | 104.036 | 26.366 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

| Nota | Reserva de lucros | | | | Total | Participação dos acionistas não controladores | Patrimônio líquido consolidado |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|---------------|-------------------------|----------|---|--------------------------------|
| | Capital social | Reserva de lucros | Reserva legal | Resultado de exercícios | | | |
| Saldo em 31 dezembro 2023 | 780.935 | 3.960 | 14.710 | - | 799.605 | 4.953 | 804.558 |
| Redução de capital | (45.000) | - | - | - | (45.000) | - | (45.000) |
| Lucro líquido | - | - | - | 25.587 | 25.587 | 780 | 26.367 |
| Reversão de reserva de lucros | - | (3.960) | - | - | (3.960) | - | (3.960) |
| Constituição de reservas | - | - | 1.279 | (1.279) | - | (200) | (200) |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | (6.076) | (6.076) | (185) | (6.261) |
| Dividendos propostos | - | - | - | (18.232) | (18.232) | - | (18.232) |
| Dividendos adicionais aprovados | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldos em 31 dezembro 2024 | 735.935 | - | 15.989 | - | 751.924 | 5.348 | 757.272 |
| Lucro líquido | - | - | - | 103.029 | 103.029 | 1.007 | 104.036 |
| Constituição de reserva legal | - | - | 5.151 | (5.151) | - | - | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | (24.469) | (24.469) | - | (24.469) |
| Constituição de Reserva de Lucro | - | 73.409 | - | (73.409) | - | - | - |
| Saldos em 31 dezembro 2025 | 735.935 | 73.409 | 21.140 | - | 830.484 | 6.355 | 836.839 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

| Notas | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 100.331 | 23.274 | 124.495 | 43.057 |
| <i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i> | | | | |
| Depreciação - imobilizado | 77 | 123 | 22.990 | 20.912 |
| Depreciação - arrendamento | 335 | 335 | 1.955 | 1.895 |
| Amortização - intangível | 30 | - | 30 | 25 |
| Baixa de clientes | - | - | - | 1.203 |
| Juros, variações cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos – partes relacionadas | - | - | - | 1.890 |
| Juros, variações cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos | - | - | 33.402 | 36.562 |
| Ganho/perda de Juros sobre empréstimos - partes relacionadas | 57 | - | - | - |
| Juros, variações monetárias sobre debêntures | 45.510 | 43.725 | 54.388 | 85.168 |
| Encargos sobre empréstimos | - | - | 301 | 300 |
| Encargos sobre debêntures | - | 480 | 57 | 716 |
| Juros - arrendamento | 111 | 154 | 1.503 | 1.851 |
| Juros sobre APR | - | - | 38.323 | 31.740 |
| Baixa de Imobilizado | - | - | - | (2) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | - | - | - | 536 |
| Provisão para desmobilização | - | - | (4.554) | 815 |
| Provisão (reversão) de contingências | - | - | 3.823 | (2.053) |
| Receita de construção | - | - | (1.750) | (30.622) |
| Remuneração dos ativos da concessão | - | - | (181.961) | (193.693) |
| Receita de O&M | - | - | (17.668) | (19.746) |
| (+/-) Diferença RAP orçada x realizada | - | - | 829 | 5.157 |
| Fresh start | - | - | (7.777) | (60.552) |
| PIS e COFINS diferido | - | - | 4.348 | 4.911 |
| Apropriação de doação | - | - | (446) | (445) |
| Amortização da mais valia/agio | 6.389 | 14.610 | 13.820 | 22.041 |
| Equivalência Patrimonial | (171.236) | (169.784) | - | - |
| Rendimento sobre aplicação financeira | - | - | (2.027) | (3.289) |
| Ajuste a valor justo | 11.075 | 74.417 | 10.939 | 74.417 |
| Remensuração do direito de uso | - | - | 699 | - |
| Lucro ajustado | (7.321) | (12.666) | 95.719 | 20.904 |
| Variações dos Ativos e Passivos operacionais | | | | |
| Contas a receber de clientes | - | - | (3.570) | 12.932 |
| Depósitos judiciais | - | - | (931) | 994 |
| Adiantamentos | - | - | 986 | (165) |
| Despesas antecipadas | 1.550 | (9.686) | 1.550 | (9.686) |
| Tributos a recuperar | (242) | (157) | (1.195) | (1.961) |
| Ativo fiscal diferido | - | - | 15 | 490 |
| Concessão do serviço público (ativo de contrato) | - | - | 116.848 | 150.593 |
| Ativo de arrendamento | - | - | (699) | - |
| Outros ativos | (821) | 10.462 | (2.076) | 11.113 |
| Contas a pagar | - | - | 2.324 | (7.273) |
| Fornecedores e outras contas a pagar | (30) | (46) | (8.187) | 5.674 |
| Conta de ressarcimento - CCEE | - | - | 4.668 | 20.397 |
| Obrigações pelas aquisições de direitos | - | (28.245) | - | (28.245) |
| Outros passivos | (68) | (27) | (1.285) | 213 |
| Caixa gerado pelas atividades operacionais | (6.932) | (40.365) | 204.167 | 175.980 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | | | |
| | - | - | (9.931) | (12.379) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | (6.932) | (40.365) | 194.236 | 163.601 |

Demonstrações dos fluxos de caixa--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

| Notas | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | | | |
| Aumento de investimento | - | (5) | - | - |
| Redução de investimento | 2.549 | 3.770 | - | - |
| Ajuste no valor de compra do investimento | (394) | 420 | (394) | 420 |
| Venda de investimento | 171.266 | - | 171.266 | - |
| Aquisição de imobilizado | (43) | (65) | (1.249) | (7.386) |
| Aquisição de intangíveis | (131) | (13) | (128) | (13) |
| Títulos e valores mobiliários | 6.531 | (6.540) | 6.935 | 14.770 |
| Dividendos recebidos | 21.501 | 59.713 | - | - |
| Caixa na aquisição/baixa de investimento | - | - | - | (29.365) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos | 21.279 | 57.280 | 176.430 | (21.574) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos | | | | |
| Redução de capital social | - | (45.000) | - | (45.000) |
| Dividendos pagos | (23.000) | (17.500) | (23.000) | (17.786) |
| Pagamento de empréstimos | - | - | (40.102) | (38.726) |
| Juros pagos de empréstimos | - | - | (34.789) | (38.257) |
| Recursos provenientes de debêntures | - | 330.000 | - | 330.000 |
| Custo para aquisição de debêntures | (86) | - | (86) | - |
| Pagamento de debêntures | (155.678) | (281.040) | (161.841) | (297.139) |
| Juros pagos de debêntures | (17.683) | (11.509) | (22.353) | (32.752) |
| Obrigações por arrendamentos | (439) | (430) | (3.207) | (3.355) |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | - | 928 | (1.139) |
| Recursos provenientes de empréstimos - partes relacionadas | 5.604 | - | - | - |
| Pagamento de empréstimos - partes relacionadas | - | - | - | (1.946) |
| Juros pagos de empréstimos - partes relacionadas | - | - | - | (534) |
| Recursos concedidos de empréstimos - partes relacionadas | - | - | - | - |
| Recebimento de empréstimos - partes relacionadas | - | - | - | 1.946 |
| Juros recebidos de empréstimos - partes relacionadas | - | - | - | 534 |
| Remuneração APR | - | - | (39.404) | (31.707) |
| Recompra APR | - | - | (20.292) | (8.740) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos | (191.282) | (25.479) | (344.146) | (184.601) |
| Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa | 3.065 | (8.564) | 26.520 | (42.574) |
| Variação do caixa e equivalentes de caixa | | | | |
| No início do período | 2.366 | 10.930 | 68.988 | 111.562 |
| No final do período | 5.431 | 2.366 | 95.508 | 68.988 |
| Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa | 3.065 | (8.564) | 26.520 | (42.574) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A V2i Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 1 de agosto de 2019 e domiciliada na Praia de Botafogo, 440, 18º andar - Botafogo - Rio de Janeiro-RJ. O objeto social é a participação, como sócio ou acionista, em sociedades de propósito específico no território nacional (“holding”) que desenvolvam novos projetos de infraestrutura, nos termos da Lei 11.748 de 29 de maio de 2007, conforme alterada.

A V2i conta com sete ativos em operação, sendo três transmissoras de energia, três usinas eólicas e um complexo de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). São 455,9 km de Linhas de Transmissão, 18 bays de SE acima de 69 kV e 119,8 MW de potência instalada de geração.

Todas as atividades das companhias são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e associadas à Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica (ABRATE) e Associação Brasileira de Geração e Energia Limpa (ABRAGEL).

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seus empreendimentos são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ambientais e sócios ambientais.

1.2. Going Concern

Foi observado um CCL (Capital Circulante Negativo) na V2i controladora devido ao vencimento relativo à 1ª série da 2ª emissão de debêntures, em 30/06/2025. Os detalhes da rolagem dessa dívida estão apresentados na nota de eventos subsequentes e estão de acordo com a estratégia de endividamento da Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Going Concern--Continuação

Informações sobre as controladas

Eólicas Mangue Seco 1, 3 e 4

As Eólicas Mangue Seco 1, 3 e 4 - Geradoras e Comercializadoras de Energia Elétrica S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, são sociedades anônimas de capital fechado constituídas em 2010, com o objetivo específico de construir, instalar, implantar, operar, explorar e manter as centrais geradoras eólicas denominadas Usina Mangue Seco 1, Usina Mangue Seco 3 e Usina Mangue Seco 4, localizadas na cidade de Guamaré, no Estado do Rio Grande do Norte.

Conforme previsto em seu estatuto social, as referidas sociedades terão vigência até 30 de junho de 2032, data em que serão dissolvidas nos termos do estatuto.

As Eólicas Mangue Seco 1, 3 e 4 possuem, junto à ANEEL, as seguintes autorizações e registros de geração:

| Eólica | Estado | Cidade | Capacidade Instalada (MW) | Potência assegurada a partir do 4º Quadriênio (MW) | Início 4º quadriênio | Término do contrato CER |
|---------------|--------|---------|---------------------------|--|----------------------|-------------------------|
| Mangue Seco 1 | RN | Guamaré | 25,2 | 8,54 | Julho de 2024 | Junho de 2032 |
| Mangue Seco 3 | RN | Guamaré | 26 | 8,55 | Julho de 2024 | Junho de 2032 |
| Mangue Seco 4 | RN | Guamaré | 26 | 9,36 | Julho de 2024 | Junho de 2032 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Going Concern--Continuação

Informações sobre as controladas--Continuação

Eólicas Mangue Seco 1, 3 e 4--Continuação

Contrato de Energia de Reserva - CER

A Mangue Seco 1 firmou, em 9 de março de 2010, um Contrato de Energia de Reserva (CER) na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Mangue Seco 3 firmou contrato semelhante em 5 de setembro de 2010, e a Mangue Seco 4, em 5 de novembro de 2010, ambos também na modalidade de quantidade de energia elétrica com a CCEE.

Pelo presente contrato, as usinas Mangue Seco 1, Mangue Seco 3 e Mangue Seco 4 comprometem-se a vender a totalidade da energia gerada à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) pelo prazo de 20 anos, a partir de 1º de julho de 2012, pelo preço de R\$149,99/MWh, atualizado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A partir dessa data, cada usina passou a faturar um valor fixo mensal, conforme definido em contrato.

Repactuação da Garantia Física e Relação Contratual

Em conformidade com os contratos firmados com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o primeiro quadriênio de geração das usinas Mangue Seco 1, 3 e 4 encerrou-se em 30 de junho de 2016. A partir de 1º de julho de 2016, houve a primeira repactuação da garantia física nos contratos, com os seguintes ajustes:

- Mangue Seco 1: de 12 MW para uma média de geração de 9,295 MW
- Mangue Seco 3: de 12 MW para 9,45 MW
- Mangue Seco 4: de 13 MW para 10,209 MW

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Going Concern--Continuação

Informações sobre as controladas--Continuação

Eólicas Mangue Seco 1, 3 e 4--Continuação

Repactuação da Garantia Física e Relação Contratual--Continuação

Com o início do terceiro quadriênio, em 1º de julho de 2020, foi realizada uma nova repactuação da garantia física:

- Mangue Seco 1: de 9,295 MW para 8,942 MW
- Mangue Seco 3: de 9,45 MW para 8,966 MW
- Mangue Seco 4: de 10,209 MW para 9,776 MW

Para o quarto quadriênio, em 1º de julho de 2024, foi realizada uma nova repactuação da garantia física:

- Mangue Seco 1: de 8,942 MW para 8,545 MW
- Mangue Seco 3: de 8,966 MW para 8,550 MW
- Mangue Seco 4: de 9,776 MW para 9,358 MW

Em consonância com seu segmento de atuação, as usinas Mangue Seco 1, 3 e 4 mantêm contratos exclusivos com a CCEE, seu único cliente.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

A Arcoverde Transmissão de Energia S.A. ("Controlada"), foi constituída em 26 de maio de 2017 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Going Concern--Continuação

Informações sobre as controladas--Continuação

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.--Continuação

Até 13 de março de 2020 a Arcoverde foi controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo Sterlite"), que é subsidiária da Sterlite Power Grid Ventures Limited ("SPGVL"), localizada em Nova Deli, na República da Índia. Posteriormente a essa data efetivou-se a alteração societária de controle de empresa concessionária do serviço público de transmissão, com a formalização dos devidos documentos, no qual transfere as ações do Grupo Sterlite para V2i Energia S.A, com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro.

A Controlada alterou sua sede da Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.308 - 8º andar, na Cidade do São Paulo, Estado de São Paulo, para a Praia de Botafogo, 440 - 18º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro no dia 16 de junho de 2020.

Concessão

Em 24 de abril de 2017, a Controlada sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 005/2016 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. O contrato de concessão nº 35/2017 foi assinado em 11 de agosto de 2017, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, e assegura Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação comercial.

O projeto da Controlada consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Pernambuco:

- (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Caetés II e Arcoverde II, em circuito simples, com extensão aproximada de 50 km;
- (ii) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Garanhuns II e Arcoverde II, em circuito simples, com extensão aproximada de 89 km;
- (iii) Subestação Arcoverde II, no Estado de Pernambuco, com pátio de 230 kV para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 230/69 - 13,8 kV, conectados por um banco de dois transformadores monofásicos de 100 MVA;
- (iv) Novo pátio de 69kV na Subestação Garanhuns II, no Estado do Pernambuco, para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 230/69 - 13,8 kV, conectados por um banco de dois transformadores monofásicos de 100 MVA; e

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Going Concern--Continuação

Informações sobre as controladas--Continuação

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.--Continuação

Concessão--Continuação

- (v) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Em maio de 2019, a Controlada concluiu a fase de construção e entrou em operação. Devido a eficiência na construção das linhas de transmissão, a disponibilidade ocorreu 28 meses antes do prazo exigido pela ANEEL.

Receita Anual Permitida - RAP

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas 3.348 e 3.481 respectivamente, foi de R\$34.760 para o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025 e R\$36.609 para o período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026.

A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão, bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão.

Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Controlada aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Going Concern--Continuação

Informações sobre as controladas--Continuação

A Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A.

A Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A. ("TPAE") é uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica regularizada e instalada no Estado do Rio Grande do Sul, com CNPJ nº 10.938.103/0001-50. A Controlada alterou sua sede da cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Cristóvão Colombo, 1.160, sala 405, bairro Floresta para a Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, 440, 18º andar, Botafogo, no dia 30 de abril de 2020.

A Controlada tem como acionistas a V2i Energia S.A. (V2i) com 90,35% das ações e a TP AE Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T, com 9,65%.

Constituída com o objetivo de implantar, operar e manter uma linha de transmissão subterrânea de 12 km (230 kV) no Município de Porto Alegre em função da participação e vitória de seus sócios em um processo licitatório conduzido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 17 de maio de 2009.

Concessão

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia da TP AE foi formalizado com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 29 de novembro de 2009, pelo prazo total de 30 anos. A linha de transmissão de energia, apesar de atrasos, foi implantada com sucesso, estando desde maio de 2012 energizada e em fase de avaliação pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) para liberação e início de operação. Tal formalidade da ONS foi realizada em 02 de dezembro de 2013 por meio da Carta ONS nº 1467/100/2013, deliberando que a TP AE estava apta a operar de forma integrada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), desde 22 de novembro de 2013.

A Controlada tem por objeto social a exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, prestado mediante a construção, a montagem, a operação e a manutenção das instalações de transmissão da Linha de Transmissão Porto Alegre 9 - Porto Alegre 4, subterrânea, 230 kV, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, composta pela Linha de Transmissão em 230 kV, circuito simples, subterrânea, com extensão aproximada de 11 km, origem na Subestação Porto Alegre 9 e término na Subestação Porto Alegre 4, entradas de linha, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, controle, telecomunicação, administração e controle, conforme o Lote "A" do Edital de Leilão nº 001/2009-ANEEL, processo nº 48500.000368/2009-18.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Going Concern--Continuação

Informações sobre as controladas--Continuação

A Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A.--Continuação

Receita Anual Permitida - RAP

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas 3.348 e 3.481 respectivamente, foi de R\$11.895 para o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025 e R\$13.004 para o período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026.

O valor da RAP é corrigido anualmente no mês de julho de cada ano pela variação do IPCA.

Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Controlada aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.

A Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 01 de fevereiro de 2016 e domiciliada na Praia de Botafogo, 440, sala 1.801, Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e sobressalentes, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica caracterizadas no anexo 6-13 do Edital do leilão nº 05/2016-ANEEL.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Going Concern--Continuação

Informações sobre as controladas--Continuação

Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.--Continuação

Concessão

Em 24 de abril de 2017, a Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A., denominada Concessionária de transmissão, com a interveniência e anuência da Vinci Infra Transmissão Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 59,99% de suas ações ordinárias, da Vinci Infra Coinvestimento | Fundo de investimento em Participações em Infraestrutura, detentora de 40% de suas ações ordinárias, e da CMN Solutions A026 Participações S.A. detentora de 0,01% de suas ações ordinárias, foi declarada vencedora do Leilão Público n.º 005/2016-ANEEL, realizado pelo BM&FBOVESPA.

Em 11 de agosto de 2017, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 033/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos.

As instalações de transmissão nos estados de Alagoas, Pernambuco e Sergipe, são compostas pela Linha de Transmissão Paulo Afonso IV - Luiz Gonzaga, bloco I, em 500 kV, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 38 km, com origem na Subestação Paulo Afonso IV e término na Subestação Luiz Gonzaga; pela Linha de Transmissão Xingó - Jardim, em 500 kV, bloco II, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 160 km, com origem na Subestação Xingó e término na Subestação Jardim; entrada de linhas, interligação de barramentos, equipamentos de compensação reativa; conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Na prestação do serviço público de transmissão, deverão ser atendidos os procedimentos de rede e suas revisões, as cláusulas estabelecidas no contrato de prestação de serviço de transmissão, celebrado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, contendo as condições técnicas e comerciais para disponibilizar as suas instalações de transmissão para a operação interligada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Going Concern--Continuação

Informações sobre as controladas--Continuação

Lest - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A.--Continuação

Receita Anual Permitida - RAP

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas 3.348 e 3.481 respectivamente, foi de R\$64.010 para o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025 e R\$67.416 para o período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPC-A e será válida por todo o prazo de operação comercial da LEST. A Lest considerava o início de recebimento da RAP a partir de abril de 2020, entretanto, a antecipação na entrega do Bloco I, (trecho Paulo Afonso - Luiz Gonzaga), em 23 de fevereiro de 2020, permitiu o início da operação comercial, antecipada em 24 meses em relação ao cronograma da Aneel. Em 13 de dezembro de 2020 entrou em operação o Bloco II, concluindo o empreendimento.

A Investida solicitou no ano de 2017 ao Ministério da Fazenda, junto a Secretaria da Receita Federal, o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), como titular do projeto. A habilitação ao programa foi deferida em 24 de outubro de 2018, através do Ato Declaratório Nº 168.

A LI (Licença de Instalação) do Bloco 2 (trecho Xingó - Jardim), foi emitida em 10 de dezembro de 2018. A LI (Licença de Instalação) do Bloco 1 (trecho Paulo Afonso - Luiz Gonzaga), foi emitida em 18 de janeiro de 2019.

A LO (Licença de Operação) do Bloco 1 (trecho Paulo Afonso - Luiz Gonzaga), foi emitida em 23 de dezembro de 2019. A emissão da LO (Licença de Operação) do Bloco 2 (trecho Xingó - Jardim), foi emitida em 13 de dezembro de 2020.

Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Controlada aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Going Concern--Continuação

Informações sobre as controladas--Continuação

Energética Serra da Prata S.A

A Energética Serra da Prata S.A. (“Espra”), com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, é uma Sociedade de Propósito Específico que tem como objeto social exclusivo explorar o complexo hidrelétrico Serra da Prata, através da construção e exploração de energia elétrica das PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas): Cachoeira da Lixa, com capacidade instalada de 14,8MW; Colino 2, com capacidade instalada de 16,0MW; e Colino 1, com capacidade instalada de 11,0MW; as quais tiveram suas atividades operacionais iniciadas no ano de 2008, nos Municípios de Itamaraju, Vereda e Jucuruçu, localizadas no Sul da Bahia, com 41,8MW de capacidade instalada.

A energia gerada pelo Complexo Hidrelétrico Serra da Prata foi objeto de contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado com a Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.,

Monte Pascoal Holding S.A

A Monte Pascoal Holding S.A. (“Monte”), é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 3 de novembro de 2021, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. A Monte tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior (“holding”).

Mangue Seco Holding S.A.

A Mangue Seco Holding S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 23 de março de 2021, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior (“holding”).

SE Vineyards Transmissão de Energia S.A.

A SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “SE Vineyards”), foi constituída em 26 de maio de 2017 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Going Concern--Continuação

Informações sobre as controladas--Continuação

SE Vineyards Transmissão de Energia S.A.--Continuação

A Companhia estabelecida com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, 440, 18º andar, Botafogo. com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. A Companhia passou a ser controlada pela V2i Energia S.A (V2i ou Grupo V2i) desde 13 de maio de 2022 quando foi adquirida já em fase operacional pela Sterlite Brazil Participações S.A. ("Controladora" ou "Grupo Sterlite"), que é subsidiária da Sterlite Power Grid Ventures Limited ("SPGVL"), localizada em Nova Deli, na República da Índia após o processo de reorganização societária, onde a Vineyards Participações S.A foi incorporada.

A V2i Energia, celebrou - em 27/12/2024 - contrato de compra e venda de ações para alienação ("Venda" ou "Transação") de 100% de sua participação societária na companhia Vineyards Transmissão de Energia S.A. O valor total da Venda é de R\$191,81 milhões (data base: 30 de Junho de 2024) e está sujeito a ajustes positivos ou negativos, decorrentes, dentre outros, de variação entre o endividamento líquido e capital de giro entre a data base e a data de fechamento. Deste montante, 5% do valor total da Venda será mantido em garantia - em benefício do comprador - para fazer frente a eventuais perdas decorrentes de contingências do Ativo. Para tanto, será utilizado mecanismo de conta depósito em instituição financeira, com liberação futura do pertinente montante em até 4 anos após o fechamento da Transação. Destacamos que, apesar da natureza vinculante da Transação, a sua conclusão e consumação estão sujeitas ao cumprimento de determinadas condições precedentes, tais como a conclusão dos reparos referentes ao evento climático ocorrido em 2024, no Rio Grande do Sul, a aprovação da ANEEL e de credores, dentre outras.

Concessão

Em 24 de abril de 2017, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Leilão ANEEL nº 05/2016 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. O contrato de concessão nº 31/2017 foi assinado em 11 de agosto de 2017, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, e assegura Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação comercial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Going Concern--Continuação

Informações sobre as controladas--Continuação

SE Vineyards Transmissão de Energia S.A.--Continuação

Concessão--Continuação

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado do Rio Grande do Sul:

- (i) Transmissão Lajeado 2 - Lajeado 3, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 16,4 km, com origem na Subestação Lajeado 2 e término na Subestação Lajeado 3;
- (ii) Linha de Transmissão Lajeado 3 - Garibaldi, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 47 km, com origem na Subestação Lajeado 3 e término na Subestação Garibaldi;
- (iii) Linha de Transmissão Candiota 2 - Bagé 2, circuito simples, com extensão aproximada de 49 km, com origem na Subestação Candiota 2 e término na Subestação Bagé 2, pela SE Lajeado 3 230/69-13,8 kV, 2 x 83 MVA;
- (iv) SE Vinhedos 230/69-13,8 kV, 2 x 165 MVA;
- (v) Conexões de Unidades de Transformação, Entradas de Linha, Interligações de Barramentos.

A Companhia energizou em 12 de janeiro de 2020 o principal trecho do projeto localizado no Rio Grande do Sul (RS), integrando ao sistema elétrico do estado às linhas de 230 kV Lajeado 2 - Lajeado 3 e Lajeado 3 - Garibaldi, além da nova subestação de Lajeado 3 (230kV/69kV), com a energização deste trecho (elemento 1) acontecendo sem pendências técnicas e antecipando a entrada em operação comercial em 32 meses. A energia está disponível no Sistema Interligado Nacional (SIN) e viabilizou à Companhia solicitar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) a emissão de seu Termo de Liberação Definitivo (TLD), que atesta a qualidade do projeto e permite à concessionária o recebimento proporcional da Receita Anual Permitida (RAP), no montante de R\$23.537.a aA linha de Transmissão Candiota 2 - Bagé 2, está concluída, no entanto a entrada em operação depende da SE Candiota 2 que tinha previsão de término no início de dezembro de 2021. Contudo, existia uma dependência da Transmissora Chimarrão para que seja efetivamente energizada. O elemento 2 foi energizado em 27 de junho de 2021.a aO elemento 3 foi concluído em 27 de janeiro de 2022 e dessa forma o projeto ficou pronto para sua entrada em operação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Going Concern--Continuação

Informações sobre as controladas--Continuação

SE Vineyards Transmissão de Energia S.A.--Continuação

Receita Anual Permitida - RAP

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória.

A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão.

Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo artigo 13 da Lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente à ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

Mudança no controle acionário

Em 27 de dezembro de 2024 a V2I Energia S.A. assinou contrato de compra e venda de ações junto a Victory Empreendimentos e Participações S.A. para alienar a totalidade de sua participação societária, correspondente a 100% do capital social da Companhia.

Em 31 de maio de 2025, após cumprida todas as condições procedentes, foi concluída a alienação da participação societária, tornando a Victory, a partir desta data, a controladora integral da Companhia.

O processo de reorganização societária foi aprovado previamente pela ANEEL, por meio do Despacho nº 1.336 de 30 de abril de 2025.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 31 de março de 2026.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

- (a) Contas a receber (ativo da concessão) - mensurado no início da concessão ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa Interna de Retorno - TIR é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado, por concessão, e é utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão durante o período da construção. Após a entrada em operação comercial, a TIR é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção.

O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TIR da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura.

- (b) Receita de construção - a concessionária, durante a fase de construção dos ativos, reconhece receita de construção pelo valor justo e seus respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. Essas receitas são contabilizadas seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e pronunciamento técnico CPC 47 - Contratos de contratos com cliente. A Companhia reconhece a receita de construção e melhorias ao longo da implantação, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados. A Companhia não reconhece nenhuma margem de construção porque o modelo de concessão: (i) não se destina a gerar lucros a partir da construção de infraestrutura, mas a partir da prestação de serviços, (ii) a forma como a Companhia gerencia as construções baseia-se fortemente em serviços terceirizados e (iii) não há previsão de margens dessas operações nos planos de negócios da Companhia.
- (c) Avaliação de instrumentos financeiros - são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros.
- (d) Contrato de concessão - a Companhia adota e utiliza, para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão, as previsões da interpretação técnica ICPC 01. Essa interpretação orienta as concessionárias sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos por entidades privadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

- (e) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos - são registrados passivos relacionados aos impostos diferidos decorrentes das receitas não realizadas. Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual.
- (f) Provisão para desmobilização - Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando consideram os valores dos resíduos metálicos comercializáveis e os custos de desmobilização. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados necessários para liquidar as obrigações.
- (g) Imobilizado Geradoras - Estimativa da vida útil dos ativos - As taxas de depreciação são calculadas de acordo com a vida útil dos bens, para o cálculo é utilizado o prazo da concessão ou Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MSPSE), dos dois o menor.

3. Práticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração - São classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

| Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9 | |
|--|--|
| Ativos financeiros a custo amortizado | Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado. |
| Ativos financeiros mensurados a VJR | Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. |
| Instrumentos de dívida ao VJORA | Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. |
| Instrumentos patrimoniais ao VJORA | Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. |

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Avaliação do modelo de negócio--Continuação

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2025, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual

Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e as controladas regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, as controladas são responsáveis por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, as controladas mantêm suas infraestruturas de transmissão disponíveis para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nesta norma.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual--Continuação

Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como uma “Concessão do serviço público (ativo contratual)”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (ii) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo de concessão. Os valores da RAP garantidas são determinados pelo Operador Nacional do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual--Continuação

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, a receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificadas e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

3.4. Ativo mantido para venda

De acordo com a norma IFRS 5 / CPC 31, ativos são classificados como mantidos para venda quando sua venda é altamente provável e ocorre dentro de um período de 12 meses após a data do balanço. Os ativos mantidos para venda são reconhecidos a seu valor contábil ou valor justo, o que for menor, e não são depreciados ou amortizados a partir do momento de sua classificação.

3.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. “Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto de 100% ou, se este for omissivo, a importância será determinada de acordo com as seguintes normas:

- (I) Metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:
 - (a) Importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e
 - (b) Importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

3.7. Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

3.8. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

3.9. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.10. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.11. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.12. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: Receita de Construção, Receita de Operação e Manutenção e Receita de Remuneração sobre ativo contratual, conforme detalhado na nota 3.3 Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual.

3.13. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.14. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

3.15. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos.

A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.16. Combinação de negócios

As combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificar e alocar de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela desta unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nestas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

As participações acionárias adquiridas, são avaliadas pelo valor justo dos ativos e passivos detidos pelas entidades objeto do negócio e as diferenças para o valor pago são classificadas como: (i) intangível (*goodwill*) quando o valor pago superar o valor justo dos ativos e passivos; (ii) resultado do exercício (compra vantajosa) quando o valor pago é inferior ao valor justo dos ativos e passivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Práticas contábeis materiais--Continuação

3.16. Combinação de negócios--Continuação

A Companhia também pode por estabelecer um teste opcional (teste de concentração) para permitir avaliação simplificada sobre se o conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. A Administração avaliou eventuais transações que tenham ocorrido no período atendendo as seguintes considerações:

- (1) Se o teste de concentração for atendido, o conjunto de atividades e ativos é determinado como não sendo um negócio e nenhuma avaliação adicional é necessária; e
- (2) Se o teste de concentração não for atendido, ou se a entidade optar por não aplicar o teste, a entidade deve então realizar a avaliação de uma combinação de negócio.

3.17. Informações por segmento

A Companhia participa em sociedades de propósito específico em território nacional ("holding"). Suas controladas atuam no segmento de transmissão e geração de energia elétrica e realizam atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

4. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2025

4.1. Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2025-- Continuação

4.2. Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir e todas são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

- (i) Alterações à IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras/CPC 26 Apresentação de Demonstrações Financeiras:

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. No Brasil a adoção antecipada não é permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas suas demonstrações financeiras.

- (ii) IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações;

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2025-- Continuação

4.2. Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes--Continuação

- (iii) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial;
- (iv) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Com relação aos tópicos ii, iii, iv a Companhia não possui expectativa de que estas alterações produzirão impactos relevantes sobre as suas demonstrações financeiras.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Caixa e Banco (i) | 47 | 20 | 328 | 944 |
| Aplicação financeira (ii) | 5.384 | 2.346 | 95.180 | 68.044 |
| Total | 5.431 | 2.366 | 95.508 | 68.988 |

(i) Controladora e Consolidada: O saldo de recursos em banco compreende a depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato

(ii) Controladora: Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundos de investimento, não exclusivo, administrado pelo Banco Itaú (Itaú CORP Plus RF Referenciado DI - FIC) que teve no ano de 2025, remuneração média referenciado ao CDI de 101,07% (104,97% em 2024). A carteira de fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, debêntures e letras financeiras.

Consolidada: Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundos de investimentos, não exclusivos, e CDBs que tiveram a taxa de remuneração média de aproximadamente 99,97% do CDI no ano de 2025 e de aproximadamente 101,68% do CDI no ano de 2024

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Títulos valores mobiliários

Os valores são demonstrados como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|--------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Aplicação financeira - conta BNB (i) | 9 | 6.540 | 25.210 | 30.119 |
| Aplicação financeira - conta Santander | - | - | - | - |
| Total | 9 | 6.540 | 25.210 | 30.119 |
| Total circulante | 9 | 6.540 | 9 | 6.540 |
| Total não circulante | - | - | 25.201 | 23.579 |

- (i) Controlada Mangue Seco 1, 3 e 4: A aplicação financeira, classificada no ativo não circulante, trata-se de uma conta reserva exigida pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. como garantia de financiamento contratado em 2020. As aplicações são realizadas em fundos de investimento composto por títulos públicos (60%) e operações compromissadas (40%), cujo rendimento no ano de 2025 foi de aproximadamente 97.17% do CDI e no ano de 2024 foi de aproximadamente 96.24% do CDI.

Controlada Arcoverde: As aplicações em conta reserva, referem-se ao cumprimento de obrigação no contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), cuja finalidade é cobrir o principal, juros e outros custos relacionados ao Contrato de Financiamento por Instrumento Particular, número 44.2018.1241.19411. No montante de R\$6.894 para 2025 (R\$6.857 em 2024).

Controlada Espira: Os saldos apresentados referem-se à aplicação financeira de instrumento de renda fixa, com taxa de aproximadamente 98,00% de CDI em 2025 e aproximadamente 98,00% em 2024, vinculada ao financiamento do Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), cuja aplicação somente poderá ser movimentada mediante autorização expressa dos credores. Em março de 2023, foi assinado o Segundo Aditivo de Retificação e Ratificação ao Contrato de Financiamento, que reduziu o valor mínimo exigido na conta reserva. Diante disso, a administração optou por resgatar o excedente, visando otimizar a gestão de caixa.

7. Contas a receber de clientes

Os valores são demonstrados como segue:

| | Consolidado | |
|---------------------------------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Concessionárias e permissionárias (i) | 10.940 | 10.247 |
| CCT | 75 | 72 |
| CDE (ii) | 693 | 731 |
| Suprimentos de energia (iii) | 15.598 | 14.021 |
| Antecipação de cliente | (4.669) | (6.003) |
| Total | 22.637 | 19.068 |

- (i) Controladas, Tpaee, Arcoverde, Lest: O saldo apresentado refere-se ao faturamento da RAP, com vencimento de: R\$556 em 05/01/2026, R\$583 em 15/01/2026, R\$7.640 em 25/01/2026 e R\$575 em 05/02/2026 e R\$1.587 provenientes de créditos a serem recebidos.
- (ii) Controladas Arcoverde, Tpaee, Lest e: CDE refere-se a uma bonificação que a CCEE paga por adimplência e possui três meses em aberto os quais serão recebidos no decorrer do próximo exercício.
- (iii) Controlada Mangue Seco 1, 3 e 4: Refere-se ao registro do contrato de fornecimento de energia eólica firmado com a Câmara de



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Comercialização de Energia Elétrica, recebido mensalmente.
Controlada Espra: Refere-se ao registro do contrato de fornecimento de energia hídrica firmado com a Empresa Brasileira de Participações em Energia S.A (EBNPar), recebido mensalmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber de clientes--Continuação

Antecipação de cliente

Os valores são demonstrados como segue:

| | Consolidado | |
|-----------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Ciclo 2024/2025 (i) | - | (4.316) |
| Ciclo 2025/2026 (ii) | (2.666) | (1.687) |
| Ciclo 2026/2027 (iii) | (2.003) | - |
| Total | (4.669) | (6.003) |

- (i) Valor refere-se aos montantes homologados via resolução 3.348, na data 16/07/2024, que serão amortizados via AVC ao longo do ciclo tarifário (Jul/24 até Jul/25).
- (ii) Valor refere-se aos montantes homologados via resolução 3.481, na data 15/07/2025, que serão amortizados via AVC ao longo do ciclo tarifário (Jul/25 até Jul/26).
- (iii) Valor refere-se à adiantamento de montantes já conhecidos que estarão contidos na parcela de ajusta da resolução do próximo ciclo tarifário (Jul/26 até Jul/27).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas

Dividendos a receber

a) Controladora

Segue abaixo a movimentação dos dividendos a receber:

| | 31/12/2024 | Dividendos mínimo obrigatório | Dividendos adicionais | Dividendos recebidos | | 31/12/2025 |
|---|---------------|-------------------------------------|--------------------------|--------------------------------|-----------------------------------|---------------|
| | | | | Via dividendos propostos | Via dividendos intercalares | |
| Arcoverde Transmissão de Energia S.A. | 3.298 | - | 11.118 | (9.500) | - | 4.916 |
| Mangue seco 1 | - | 3.070 | 931 | - | (4.001) | - |
| Mangue seco 4 | - | 2.918 | 583 | - | (3.501) | - |
| Sertões Holding S.A. | 9.978 | - | - | (2.999) | - | 6.979 |
| Transmissora Porto Alegre de Energia S.A. | 1.732 | - | - | - | - | 1.732 |
| Monte Pascoal Holding S.A. | 1.500 | - | - | (1.500) | - | - |
| Total | 16.508 | 5.988 | 12.632 | (13.999) | (7.502) | 13.627 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas--Continuação

Dividendos a receber--Continuação

a) *Controladora--Continuação*

| | Dividendos recebidos | | | | | | | | |
|--|----------------------|-------------------------------------|--------------------------|---|------------------------------|--------------------------------|-----------------------------------|--|---------------|
| | 31/12/2023 | Dividendos mínimo obrigatório | Dividendos adicionais | Distribuição de reserva de lucros | Antecipação de dividendos | Via dividendos propostos | Via dividendos intercalares | Via distribuição de reserva de lucros | 31/12/2024 |
| Arcoverde Transmissão de Energia S.A. | 12.713 | 4.798 | - | 4.286 | - | - | (14.213) | (4.286) | 3.298 |
| Se Vineyards Transmissão de Energia S.A. | 5.814 | - | 1.186 | - | - | (5.814) | (1.186) | - | - |
| Mangue seco 1 | - | - | - | 221 | 1.779 | - | - | (2.000) | - |
| Mangue seco 4 | - | - | - | 283 | 717 | - | - | (1.000) | - |
| Sertões Holding S.A. | - | 9.978 | - | 1.000 | - | - | - | (1.000) | 9.978 |
| Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A. | 841 | 1.736 | - | 1.869 | - | - | (845) | (1.869) | 1.732 |
| Monte Pascoal Holding S.A. | - | 6.783 | 15.885 | 6.332 | - | - | (21.168) | (6.332) | 1.500 |
| Total | 19.368 | 23.295 | 17.071 | 13.991 | 2.496 | (5.814) | (37.412) | (16.487) | 16.508 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Partes relacionadas--Continuação

Dividendos a pagar

Segue abaixo a movimentação de dividendos a pagar:

| | Controladora | | Consolidada | |
|---------------|---------------|---------------|----------------|---------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 (i) | 31/12/2024 |
| Vinci Energia | 12.401 | 10.932 | 12.588 | 11.120 |
| Total | 12.401 | 10.932 | 12.588 | 11.120 |

(i) O saldo a pagar corresponde ao valor da controlada TP AE, que tem a participação de não controladores (CEEE 9,65% do Capital Social) vide **nota explicativa 1.2** no montante de R\$ 187 mil.

| | 31/12/2024 | Dividendos mínimos obrigatórios | Dividendos Pagos | | 31/12/2025 |
|---------------|---------------|---------------------------------|------------------------------------|---------------------------------|---------------|
| | | | Dividendos mínimo obrigatório 2024 | Dividendos Intercalares em 2025 | |
| Vinci Energia | 10.932 | 24.469 | (10.932) | (12.068) | 12.401 |
| Total | 10.932 | 24.469 | (10.932) | (12.068) | 12.401 |

| | 31/12/2023 | Dividendos mínimo obrigatório | Dividendos Adicionais propostos | Distribuição de reserva de lucros | Dividendos pagos | | 31/12/2024 |
|---------------|------------|-------------------------------|---------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------|---------------------------------------|---------------|
| | | | | | Via dividendos intercalares | Via distribuição de reserva de lucros | |
| Vinci Energia | 165 | 6.076 | 18.231 | 3.960 | (13.540) | (3.960) | 10.932 |
| Total | 165 | 6.076 | 18.231 | 3.960 | (13.540) | (3.960) | 10.932 |

9. Concessão do Serviço Público (Ativo de Contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Os ativos contratuais, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Concessão do Serviço Público (Ativo de Contrato)-Continuação

Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foi identificada necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

a) Consolidada

| Descrição | LEST | ARCO | TPAE |
|---|--------|--------|-----------|
| Margem de construção | 32,00% | 10,20% | 34,00% |
| Margem de operação e manutenção | 10,00% | 10,00% | 10,00% |
| Taxa de remuneração | 12,59% | 11,49% | 7,70% |
| Índice de correção dos contratos | IPCA | IPCA | IPCA |
| RAP Anual | 67.416 | 36.609 | 13.004 |
| Ativo de contrato 31/12/2023 - Consolidado | | | 1.674.764 |
| Receita de construção | | | 30.622 |
| Remuneração dos ativos da concessão | | | 193.693 |
| Receita de O&M | | | 19.746 |
| (+/-) Diferença RAP orçada x realizada | | | (5.157) |
| RAP realizada | | | (150.593) |
| Amortização da doação | | | 446 |
| Fresh start (i) | | | 60.552 |
| Mais valia | | | (420) |
| Apropriação de mais valia | | | (9.956) |
| Atualização ao valor justo | | | (74.417) |
| Transferência para ativo mantido para venda (ii) | | | (526.798) |
| Ativo de contrato 31/12/2024 - Consolidado | | | 1.212.482 |
| Receita de construção | | | 1.750 |
| Remuneração dos ativos da concessão | | | 146.959 |
| Receita de O&M | | | 17.668 |
| (+/-) Diferença RAP orçada x realizada | | | (829) |
| RAP realizada | | | (116.848) |
| Amortização da doação | | | 446 |
| Fresh start (ii) | | | 7.777 |
| Remensuração do ativo de contrato (i) | | | 35.002 |
| Amortização mais valia | | | (6.854) |
| Ativo de contrato 31/12/2025 - Consolidado | | | 1.297.553 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Concessão do Serviço Público (Ativo de Contrato)-Continuação

a) Consolidada--Continuação

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|-----------------------|-------------------|-------------------|
| Circulante | 109.075 | 95.280 |
| Não circulante | 1.188.478 | 1.117.202 |
| | 1.297.553 | 1.212.482 |

- (i) Os impactos se referem ao ajuste pelo RAP ciclo 25/26 homologado e IPCA atualizado, com impacto no fluxo do ativo de contrato sem alterar nenhuma metodologia para a Lest.
- (ii) Os impactos se referem ao ajuste pela Revisão Tarifária Periódica ocorrida em 2025, atualização da RAP para ciclo 25/26 homologado e IPCA atualizado, com impacto no fluxo do ativo de contrato sem alterar nenhuma metodologia para a Tpaee.

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte das controladoras.

10. Ativos Mantidos Para Venda

Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda são registrados nas respectivas rubricas e foram mensurados pelo menos valor entre seu valor contábil e o valor justo, líquido das despesas de venda.

Transferência para Ativos Mantidos para Venda da Vineyards

Em 2024 a Companhia tomou a decisão de classificar a totalidade da sua unidade operacional controladora Vineyards Transmissão de Energia S.A, como mantida para venda, em conformidade com a norma CPC 31 (equivalente à IFRS 5). A venda dessa unidade operacional foi determinada após a conclusão de um processo de avaliação estratégica, com o objetivo de focar nas operações principais da companhia e melhorar a rentabilidade do grupo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativos Mantidos Para Venda--Continuação

Transferência para Ativos Mantidos para Venda da Vineyards--Continuação

A V2i Energia, celebrou - em 27 de dezembro de 2024 o contrato de compra e venda de ações para alienação ("Venda" ou "Transação") de 100% de sua participação societária na companhia Vineyards Transmissão de Energia S.A. O valor total da Venda é de R\$191.800 mil e está sujeito a ajustes positivos ou negativos, decorrentes, dentre outros, de variação entre o endividamento líquido e capital de giro entre a data base e a data de fechamento. Deste montante, 5% do valor total da Venda será mantido em garantia - em benefício do comprador - para fazer frente a eventuais perdas decorrentes de contingências do Ativo. Para tanto, será utilizado mecanismo de conta depósito em instituição financeira, com liberação futura do pertinente montante em até 4 anos após o fechamento da Transação. Destacamos que, apesar da natureza vinculante da Transação, a sua conclusão e consumação estão sujeitas ao cumprimento de determinadas condições precedentes, tais como a conclusão dos reparos referentes ao evento climático ocorrido em 2024, no Rio Grande do Sul, a aprovação da ANEEL e de credores, dentre outras.

A conclusão da operação, estimada para ocorrer até 6 meses, portanto, a Companhia entendeu que foram atendidos os critérios determinados pelo CPC 31 / IFRS 5 para classificar o ativo como mantido para venda.

Em 30 de maio de 2025, após o cumprimento integral das condições precedentes previstas contratualmente, foi concluída a alienação da participação, efetivando-se a venda da Vineyards Transmissão de Energia S.A. O processo de reorganização societária foi previamente aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho nº 1.336, de 30 de abril de 2025.

O valor final da transação totalizou R\$180.857 mil, refletindo os ajustes contratuais apurados até a data de fechamento. Desse montante, R\$171.267 mil foram recebidos pela Companhia até 31 de dezembro de 2025, permanecendo o saldo de R\$9.590 mil depositado em conta vinculada (escrow), conforme previsto no contrato de compra e venda, destinado à cobertura de eventuais contingências, com liberação condicionada aos termos acordados entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor preliminar da venda registrado pela Companhia era de R\$191.800 mil. Durante o exercício de 2025 do período entre 01 de janeiro de 2025 até 30 de maio de 2025 a companhia reconheceu um resultado de R\$131 mil. E em decorrência da atualização das estimativas de preço de venda e dos ajustes contratuais apurados na data de fechamento, foi reconhecido, no exercício de 2025, ajuste a valor justo negativo no montante de R\$11.075 mil, refletindo a redução do valor da contraprestação esperada.

Adicionalmente, a Companhia incorreu em custos e receitas diretamente atribuíveis à transação, tais como comissões e prêmios de seguro, que, líquidos, totalizaram R\$(2.893) mil. Dessa forma, o impacto líquido desses efeitos, combinado ao ajuste no valor da contraprestação, resultou em uma variação líquida negativa de R\$8.182 mil no resultado do exercício de 2025, relacionada à alienação da referida unidade operacional.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativos Mantidos Para Venda--Continuação

Valor Contábil e Ajustes de Valor Justo

Apresentamos a seguir os saldos dos ativos e passivos que foram reclassificados, os quais são apresentados em linha específica do balanço patrimonial. Em atendimento à norma contábil, os saldos são mensurados pelos valores contábeis ou pelo valor justo menos os custos de venda. Segue abaixo o quadro conciliando tais valores e os devidos impactos:

| Descrição | Valor (R\$ mil) |
|---|-----------------|
| Valor preliminar da venda (31/12/2024) | 191.800 |
| Resultado do período (01.01.2025 até 30.05.2025) | 131 |
| (-) Ajuste a valor justo (redução do preço) | (11.075) |
| Valor final da venda (30/05/2025) | 180.856 |
| | |
| (-) Custos e receitas contratuais líquidos (comissões, seguros, etc.) | (2.893) |
| Impacto líquido no resultado (AVJ + efeitos contratuais) | (8.182) |
| | |
| Fluxo financeiro da operação: | |
| Valor recebido até 31/12/2025 | 171.266 |
| Saldo em conta escrow (a receber) | 9.590 |
| Total da contraprestação | 180.856 |

11. Arrendamento e Direito de uso

a) Controladora

| | Remensuração | | | 31/12/2025 |
|--------------------|--------------|--------------------|--------------|------------|
| | 31/12/2024 | de contratos (iii) | Depreciação | |
| Direito de uso (i) | 866 | - | (335) | 531 |
| Total | 866 | - | (335) | 531 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Arrendamento e Direito de uso-Continuação

a) Controladora--Continuação

| | Remensuração de contratos | | | | |
|----------------------------------|---------------------------|-------|-------|-----------|------------|
| | 31/12/2024 | (iii) | Juros | Pagamento | 31/12/2025 |
| Obrigações por arrendamento (ii) | 925 | - | 111 | (439) | 597 |
| Total | 925 | - | 111 | (439) | 597 |
| Total circulante | 319 | - | - | - | 358 |
| Total não circulante | 606 | - | - | - | 239 |

| | Remensuração de contratos | | | |
|--------------------|---------------------------|-------|-------------|------------|
| | 31/12/2023 | (iii) | Depreciação | 31/12/2024 |
| Direito de uso (i) | - | 1.201 | (335) | 866 |
| Total | - | 1.201 | (335) | 866 |

| | Remensuração de contratos | | | | |
|----------------------------------|---------------------------|-------|-------|-----------|------------|
| | 31/12/2023 | (iii) | Juros | Pagamento | 31/12/2024 |
| Obrigações por arrendamento (ii) | - | 1.201 | 154 | (430) | 925 |
| Total | - | 1.201 | 154 | (430) | 925 |
| Total circulante | - | - | - | - | 319 |
| Total não circulante | - | - | - | - | 606 |

b) Consolidada

Composição e movimentação de saldos

| | Remensuração de contratos | | | |
|--------------------|---------------------------|-------|-------------|------------|
| | 31/12/2024 | (iii) | Depreciação | 31/12/2025 |
| Direito de uso (i) | 13.216 | 700 | (1.955) | 11.961 |
| Total | 13.216 | 700 | (1.955) | 11.961 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Arrendamento e Direito de uso-Continuação

b) Consolidada--Continuação

Composição e movimentação de saldos--Continuação

| | Remensuração de contratos | | | | |
|----------------------------------|---------------------------|-------|-------|-----------|------------|
| | 31/12/2024 | (iii) | Juros | Pagamento | 31/12/2025 |
| Obrigações por arrendamento (ii) | 15.771 | 700 | 1.503 | (3.209) | 14.765 |
| Total | 15.771 | 700 | 1.503 | (3.209) | 14.765 |
| Total circulante | 1.742 | - | - | - | 1.914 |
| Total não circulante | 14.029 | - | - | - | 12.851 |

| | Remensuração de contratos | | | 31/12/2024 |
|--------------------|---------------------------|-------|-------------|------------|
| | 31/12/2023 | (iii) | Depreciação | |
| Direito de uso (i) | 14.217 | 894 | (1.895) | 13.216 |
| Total | 14.217 | 894 | (1.895) | 13.216 |

| | Remensuração de contratos | | | | |
|----------------------------------|---------------------------|-------|-------|-----------|------------|
| | 31/12/2023 | (iii) | Juros | Pagamento | 31/12/2024 |
| Obrigações por arrendamento (ii) | 16.379 | 894 | 1.621 | (3.123) | 15.771 |
| Total | 16.379 | 894 | 1.621 | (3.123) | 15.771 |
| Total circulante | 1.280 | - | - | - | 1.742 |
| Total não circulante | 15.099 | - | - | - | 14.029 |

(i) Referem-se aos contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2).

(ii) Para determinação do valor justo de arrendamento foi aplicada uma taxa de desconto calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos as controladas que variou entre x,xx% a.a. e x,xx% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou autorização, o que for menor, conforme o caso.

(iii) A remensuração dos contratos refere-se à atualização dos valores dos contratos de aluguel.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Arrendamento e Direito de uso--Continuação

b) Consolidada--Continuação

Composição e movimentação de saldos--Continuação

Os arrendamentos, classificados no passivo de longo prazo, têm seus vencimentos assim programados:

| | ESPRA | MS3 | MS1 | MS4 | V2I | Consolidado |
|------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2025 | 31/12/2025 | 31/12/2025 | 31/12/2025 | 31/12/2025 |
| 2027 | 837 | 364 | 374 | 398 | 239 | 2.212 |
| 2028 | 615 | 390 | 400 | 426 | - | 1.831 |
| 2029 | 691 | 418 | 429 | 457 | - | 1.995 |
| 2030 | 776 | 333 | 459 | 489 | - | 2.057 |
| 2031 | 4.756 | - | - | - | - | 4.756 |
| | 7.675 | 1.505 | 1.662 | 1.770 | 239 | 12.851 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Investimento

Movimentação do Investimento

| | Arcoverde | Tpae | MS1 | MS3 | MS4 | Vineyards | Monte | Sertoos | MSH | Mais Valia | Total |
|--|-----------|---------|---------|---------|---------|-----------|----------|----------|-----|------------|-----------|
| Saldo em 31 de janeiro de 2023 | 135.641 | 46.370 | 12.129 | 9.083 | 15.245 | 130.022 | 133.462 | 280.372 | 4 | 328.158 | 1.090.486 |
| Equivalência patrimonial | 20.202 | 7.306 | (340) | (3.315) | (211) | 73.896 | 29.480 | 42.772 | (5) | - | 169.785 |
| Investimento | - | - | - | - | - | - | - | - | 5 | - | 5 |
| Baixa de investimento por redução de capital | - | - | - | - | (3.770) | - | - | - | - | - | (3.770) |
| Ajuste no valor de compra | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (420) | (420) |
| Dividendos | (9.085) | (3.604) | (2.000) | - | (1.000) | (1.186) | (29.000) | (10.978) | - | - | (56.853) |
| Apropriação mais valia (transmissora) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (5.803) | (5.803) |
| Apropriação mais valia (Geradoras) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (8.807) | (8.807) |
| Transferência para ativo mantido para venda | - | - | - | - | - | (202.732) | - | - | - | (63.485) | (266.217) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 146.758 | 50.072 | 9.789 | 5.768 | 10.264 | - | 133.942 | 312.166 | 4 | 249.643 | 918.406 |
| Equivalência patrimonial | 39.440 | 9.428 | 12.920 | 9.412 | 12.281 | - | 22.780 | 64.849 | (8) | - | 171.102 |
| Baixa de investimento por redução de capital | - | - | (2.889) | - | (2.156) | - | - | - | - | - | (5.045) |
| Ajuste no valor de compras | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 394 | 394 |
| Baixa de dividendos antecipados | - | - | 1.779 | - | 717 | - | - | - | - | - | 2.496 |
| Dividendos propostos | (11.117) | - | (3.069) | - | (2.917) | - | - | - | - | - | (17.103) |
| Dividendos adicionais aprovados | - | - | (931) | - | (583) | - | - | - | - | - | (1.514) |
| Apropriação mais valia (transmissora) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (3.097) | (3.097) |
| Apropriação mais valia (Geradoras) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (3.292) | (3.292) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 175.081 | 59.500 | 17.599 | 15.180 | 17.606 | - | 156.722 | 377.015 | (4) | 243.648 | 1.062.347 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado

A composição do ativo imobilizado é como segue:

a) Controladora

| | 31/12/2024 | Adição | Depreciação | 31/12/2025 |
|---|-------------------|---------------|--------------------|-------------------|
| Equipamentos de informática | 35 | 43 | (31) | 47 |
| Móveis e utensílios | 23 | - | (3) | 20 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 1.044 | - | (43) | 1.001 |
| Adiantamento de fornecedores | 8 | - | - | 8 |
| Total | 1.110 | 43 | (77) | 1.076 |

| | 31/12/2023 | Adição | Depreciação | 31/12/2024 |
|---|-------------------|---------------|--------------------|-------------------|
| Equipamentos de informática | 47 | 16 | (28) | 35 |
| Móveis e utensílios | 25 | - | (2) | 23 |
| Edificações, obras civis e benfeitorias | 1.088 | - | (44) | 1.044 |
| Adiantamento de fornecedores | 8 | - | - | 8 |
| Total | 1.168 | 16 | (74) | 1.110 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado--Continuação

b) Consolidada

| R\$ Mil | Valor Bruto | | | | Adições líquidas | | | Depreciação acumulada | |
|--|----------------|--------------|----------------|----------------------|------------------|-----------------|------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| | 31/12/2024 | Adições (i) | Baixas (ii) | Transferências (iii) | 31/12/2025 | =(i)+(ii)+(iii) | Depreciação | Valor líquido em 31/12/2025 | Valor líquido em 31/12/2024 |
| | | | | | | | | | |
| Geração - Em Serviço | 554.260 | 1.683 | (2.336) | 14.187 | 567.794 | 13.534 | (316.659) | 251.135 | 260.586 |
| Terrenos | 595 | - | - | - | 595 | - | - | 595 | 595 |
| Edificações, serviços civis e benfeitorias | 88.190 | - | - | 8.494 | 96.684 | 8.494 | (39.410) | 57.274 | 50.234 |
| Aerogeradores | 268.216 | - | - | - | 268.216 | - | (179.435) | 88.781 | 101.333 |
| Equipamentos de informática | 757 | 95 | (258) | - | 594 | (163) | (306) | 288 | 259 |
| Linhas de transmissão | 32.889 | - | - | - | 32.889 | - | (18.125) | 14.764 | 16.038 |
| Máquinas e equipamentos | 65.549 | 1.588 | (5) | 32.818 | 99.950 | 34.401 | (53.404) | 46.546 | 32.181 |
| Veículos | 16 | - | (5) | - | 11 | (5) | (8) | 3 | - |
| Reservatórios, barragens e adutoras | 95.797 | - | - | (27.125) | 68.672 | (27.125) | (25.875) | 42.797 | 58.982 |
| Móveis e utensílios | 305 | - | (140) | - | 165 | (140) | (98) | 67 | 80 |
| Desmobilização | 1.946 | - | (1.928) | - | 18 | (1.928) | 2 | 20 | 884 |
| Geração - Em curso | 14.359 | 6 | - | (14.187) | 178 | (14.181) | - | 178 | 14.359 |
| Obras em andamento | 14.187 | - | - | (14.187) | - | (14.187) | - | - | 14.187 |
| Adiantamento a fornecedores | 172 | - | - | - | 172 | - | - | 172 | 172 |
| Desenvolvimento de projetos | - | 6 | - | - | 6 | 6 | - | 6 | - |
| Subtotal | 568.619 | 1.689 | (2.336) | - | 567.972 | (647) | (316.659) | 251.313 | 274.945 |
| Mais Valia (ii) | 379.388 | - | - | - | 379.388 | - | (47.451) | 331.937 | 338.509 |
| Total do Ativo Imobilizado | 948.007 | 1.689 | (2.336) | - | 947.360 | (647) | (364.110) | 583.250 | 613.454 |

(i) Controladas Mangue Seco 1, 3 e 4: Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos, que foram realizados pela Vertu Assessoria e Avaliações Ltda, em contrapartida a conta de passivo Provisão de desmobilização (NE 21).

(ii) As taxas de depreciação são calculadas de acordo com a vida útil dos bens, para o cálculo é utilizado o prazo da concessão ou Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MSPSE), dos dois o menor. Para os exercícios de 2025 e 2024 a Companhia considerou a vida útil conforme o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE Resolução 674/2015.

(iii) Controladora: Refere-se a valores de Mais Valia no ato da aquisição das empresas Mangue Seco 1, Mangue Seco 3, Mangue Seco 4 adquirida pela V2I, o valor amortizado no ano foi de 3.292, e a Mais Valia na aquisição da ESPRA adquirida pela investida Monte Pascoal Holding S.A o valor amortizado no ano foi de 3.280.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado--Continuação

b) Consolidada--Continuação

| R\$ Mil | Valor Bruto | | | Adições líquidas | | Depreciação acumulada | | |
|--|----------------|--------------|-------------|------------------|--------------|-----------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| | 31/12/2023 | Adições (i) | Baixas (ii) | 31/12/2024 | =(i)+(II) | Depreciação | Valor líquido em 31/12/2024 | Valor líquido em 31/12/2023 |
| | | | | | | | | |
| Geração - Em Serviço | 553.949 | 318 | (7) | 554.260 | 311 | (293.212) | 261.048 | 281.201 |
| Terrenos | 595 | - | - | 595 | - | - | 595 | 595 |
| Edificações, serviços civis e benfeitorias | 88.190 | - | - | 88.190 | - | (37.900) | 50.290 | 52.830 |
| Aerogeradores | 268.216 | - | - | 268.216 | - | (166.883) | 101.333 | 113.886 |
| Equipamentos de informática | 581 | 183 | (7) | 757 | 176 | (99) | 658 | 224 |
| Linhas de transmissão | 32.889 | - | - | 32.889 | - | (16.851) | 16.038 | 17.312 |
| Máquinas e equipamentos | 65.436 | 113 | - | 65.549 | 113 | (33.369) | 32.180 | 34.063 |
| Veículos | 16 | - | - | 16 | - | (16) | - | - |
| Reservatórios, barragens e adutoras | 95.797 | - | - | 95.797 | - | (36.815) | 58.982 | 61.216 |
| Móveis e utensílios | 283 | 22 | - | 305 | 22 | (217) | 88 | 72 |
| Desmobilização | 1.946 | - | - | 1.946 | - | (1.062) | 884 | 1.003 |
| Geração - Em curso | 7.182 | 7.177 | - | 14.359 | 7.177 | - | 14.359 | 7.182 |
| Obras em andamento | 7.169 | 7.018 | - | 14.187 | 7.018 | - | 14.187 | 7.169 |
| Adiantamento a fornecedores | 13 | 159 | - | 172 | 159 | - | 172 | 13 |
| Subtotal | 561.131 | 7.495 | (7) | 568.619 | 7.488 | (293.212) | 275.407 | 288.383 |
| Mais Valia (ii) | 379.388 | - | - | 379.388 | - | (40.879) | 338.509 | 350.689 |
| Total do Ativo Imobilizado | 940.519 | 7.495 | (7) | 948.007 | 7.488 | (334.091) | 613.916 | 639.072 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Fornecedores

Os valores são demonstrados como segue:

| | Controladora | | Consolidada | |
|--------------------------------|--------------|------------|--------------|---------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Camargo Corrêa Infra. LTDA (i) | - | - | - | 7.447 |
| Provisão de construção (ii) | - | - | 552 | 552 |
| Aluguel | - | - | - | 2.049 |
| Demais fornecedores (iii) | 376 | 406 | 6.753 | 5.445 |
| | 376 | 406 | 7.305 | 15.493 |
| Total circulante | 376 | 406 | 6.291 | 13.444 |
| Total não circulante | - | - | 1.014 | 2.049 |

- (i) Controlada LEST: Saldo refere-se ao acordo para reembolso de despesas sanitárias assinado com a Camargo Corrêa no âmbito do EPC em 26/09/2024 liquidados integralmente em 2025.
- (ii) Controlada LEST: Provisão referente a itens previstos no contrato de construção ainda não realizado.
- (iii) Corresponde a fornecedores de O&M, Serviços de terceiros, Materiais e Outros.

15. Empréstimos e Ações Preferenciais Resgatáveis (APR)

15.1. Empréstimos

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

| Consolidado Operação | 31/12/2025 | 31/12/2024 | Vencimento | Periodicidade amortização | Taxa efetiva de juros |
|---|----------------|----------------|------------|------------------------------|--------------------------|
| Financiamento BNB - Lest | 195.563 | 203.321 | 15/11/2038 | Mensal | IPCA + 3,3467% |
| Financiamento BNB - Mangues Seco 1, 3, e 4 | 103.572 | 118.361 | 25/07/2031 | Mensal | IPCA+9,50% a.a. |
| Financiamento BNB - ESPRA | 5.966 | 17.897 | 30/06/2026 | Mensal | 8,08%a.a |
| Financiamento BNB - Arcoverde | 112.543 | 115.070 | 15/12/2038 | Mensal | IPCA+1,72% CDI+2,65% |
| Financiamento Itaú - TPAE | 25.985 | 30.170 | 15/10/2030 | Semestral | a.a. |
| Total | 443.629 | 484.819 | | | |

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Empréstimos e Ações Preferenciais Resgatáveis (APR)--Continuação

15.1. Empréstimos--Continuação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

| Operação | 31/12/2024 | Juros | Pagamento de principal | Pagamento de juros | Apropriação de encargos | 31/12/2025 |
|-----------------------------|----------------|---------------|------------------------|--------------------|-------------------------|----------------|
| Financiamento Itaú | 30.170 | 4.272 | (4.256) | (4.201) | - | 25.985 |
| Financiamento BNB | 454.649 | 29.130 | (35.846) | (30.588) | 299 | 417.644 |
| Total | 484.819 | 33.402 | (40.102) | (34.789) | 299 | 443.629 |
| Total circulante | 52.725 | - | - | - | - | 47.819 |
| Total não circulante | 432.094 | - | - | - | - | 395.810 |

| Operação | 31/12/2023 | Juros | Pagamento de principal | Pagamento de juros | Apropriação de encargos | 31/12/2024 |
|-----------------------------|----------------|---------------|------------------------|--------------------|-------------------------|----------------|
| Financiamento Itaú | 34.346 | 4.227 | (4.028) | (4.375) | - | 30.170 |
| Financiamento BNB | 490.589 | 32.338 | (34.697) | (33.881) | 300 | 454.649 |
| Total | 524.935 | 36.565 | (38.725) | (38.256) | 300 | 484.819 |
| Total circulante | 52.724 | - | - | - | - | 52.725 |
| Total não circulante | 472.211 | - | - | - | - | 432.094 |

Os empréstimos, classificados no passivo não circulante, sem o efeito do custo apropriar, têm seu vencimento assim programado:

| | 31/12/2025 |
|-------------|----------------|
| 2027 | 34.121 |
| 2028 | 36.421 |
| 2029 | 39.090 |
| 2030 | 43.213 |
| 2031 a 2038 | 250.578 |
| | 403.423 |

O contrato de financiamento de longo prazo da Companhia requer a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. A exigência de cumprimento dos referidos índices é anual sobre as demonstrações contábeis regulatórias encerradas em 31 de dezembro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2025, os referidos índices foram cumpridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Empréstimos e Ações Preferenciais Resgatáveis (APR)--Continuação

15.1. Empréstimos--Continuação

Controladas Mangue Seco 1, 3 e 4

Garantias financeiras

As garantias oferecidas para pagamento da dívida são bens vinculados em alienação fiduciária, fiança, penhor de primeiro grau das ações de sua propriedade, penhor de primeiro grau de direitos emergentes de autorização, constituição da conta reserva, cessão fiduciária e vinculação de direitos creditórios decorrentes da receita fixa. A Companhia tem a garantia financeira da conta reserva, conforme a nota 6.

15.2. Ações Preferenciais Resgatáveis (APR)

A composição da carteira Ações Preferenciais Resgatáveis e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

| <u>Operação</u> | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> | <u>Vencimento</u> | <u>Periodicidade amortização</u> | <u>Taxa efetiva de juros</u> |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------------------------|----------------------------------|
| APR Itaú - Controlada Monte Pascoal | 124.503 | 144.709 | 16/04/2029 | Semestral | CDI + 1% |
| APR Itaú - Controlada Sertões | 120.072 | 121.239 | 31/10/2037 | Semestral | CDI + 1,25% |
| Total | 244.575 | 265.948 | | | |

A movimentação está demonstrada a seguir:

| <u>Empresa / Operação</u> | <u>31/12/2024</u> | <u>Despesa de Juros</u> | <u>Resgate</u> | <u>Pagamentos de Juros</u> | <u>31/12/2025</u> |
|-----------------------------|-------------------|-----------------------------|-----------------|--------------------------------|-------------------|
| APR - Itaú | 265.948 | 38.323 | (20.292) | (39.404) | 244.575 |
| | 265.948 | 38.323 | (20.292) | (39.404) | 244.575 |
| Total circulante | 22.980 | - | - | - | 12.018 |
| Total não circulante | 242.968 | - | - | - | 232.557 |

| <u>Empresa / Operação</u> | <u>31/12/2023</u> | <u>Despesa de Juros</u> | <u>Resgate</u> | <u>Pagamentos de Juros</u> | <u>31/12/2024</u> |
|-----------------------------|-------------------|-----------------------------|----------------|--------------------------------|-------------------|
| APR - Itaú | 274.655 | 31.740 | (8.741) | (31.706) | 265.948 |
| | 274.655 | 31.740 | (8.741) | (31.706) | 265.948 |
| Total circulante | 11.395 | - | - | - | 22.980 |
| Total não circulante | 263.260 | - | - | - | 242.968 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Empréstimos e Ações Preferenciais Resgatáveis (APR)--Continuação

15.2. Ações Preferenciais Resgatáveis (APR)--Continuação

As Ações Preferenciais Resgatáveis, classificados no passivo não circulante, têm seu vencimento assim programado:

| | <u>31/12/2025</u> |
|-------------|-------------------|
| 2027 | 52.603 |
| 2028 | 51.968 |
| 2029 | 28.986 |
| 2030 | 9.000 |
| 2031 a 2038 | 90.000 |
| | <u>232.557</u> |

16. Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Consolidada

| | <u>Taxa de juros</u> | <u>Vencimento</u> | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|---|----------------------|-------------------|-------------------------|-------------------|
| Valor justo do ativo financeiro na ponta passiva IPCA | 5,5% a.a. IPCA | 15/10/2030 | 33.156 | 36.879 |
| Valor justo do ativo financeiro na ponta passiva CDI | 2,65% a.a CDI | | (27.447) | (32.098) |
| | | | <u>5.709</u> | <u>4.781</u> |
| | | | <u>31/12/2024</u> | <u>31/12/2025</u> |
| | | <u>Aquisição</u> | <u>Receita com Swap</u> | |
| Instrumentos financeiros - Swap (i) | | 4.781 | 439 | 489 |
| Total | | <u>4.781</u> | <u>439</u> | <u>489</u> |
| | | | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2024</u> |
| | | <u>Aquisição</u> | <u>Receita com Swap</u> | |
| Instrumentos financeiros - Swap (i) | | 5.920 | 781 | (1.920) |
| Total | | <u>5.920</u> | <u>781</u> | <u>(1.920)</u> |

(i) Controlada Tpa: Atrelado ao empréstimo do Itaú referenciado no item acima, foi gerado um Contrato de SWAP n. 109820090005400, de 01 de outubro de 2020, junto ao Itaú. Foi utilizada a metodologia de valor justo para a mensuração do ativo e passivo financeiro. O valor justo na ponta passiva de IPCA, foi de R\$33.157 e o valor justo na ponta ativa de CDI, foi de R\$27.448, auferindo o resultado de R\$5.709 de resultado passivo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Debêntures

Em 01 de março de 2024, foi aprovada a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em 2 séries, no valor total de R\$330.000 (em milhares). Originalmente, a primeira série possuía volume de R\$190.000 com vencimento em março de 2025, e a segunda série volume de R\$140.000 com vencimento em março de 2027.

No exercício de 2025, a Companhia celebrou um aditamento à escritura da emissão que estabeleceu as seguintes condições:

- Vencimento: O prazo final de ambas as séries foi postergado para janeiro de 2028;
- Amortização Extraordinária: Foi realizado um pré-pagamento parcial (amortização e juros) no montante de R\$163.000
- Fluxo de Pagamentos: O cronograma foi repactuado para parcelas semestrais, com início em julho de 2026;
- Encargos: A taxa de juros foi alterada para CDI+ 2,85% ao ano

a) Controladora

A composição da emissão de debêntures e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

| Operação | 31/12/2025 | 31/12/2024 | Vencimento | Periodicidade amortização | Taxa efetiva de juros |
|----------------------------------|----------------|----------------|------------|---------------------------|-----------------------|
| 1ª Série 2ª Emissão | 60.562 | 190.000 | Jan/2028 | Única | DI + 2,85% |
| 2ª Série 2ª Emissão | 148.974 | 148.974 | Jan/2028 | Única | DI + 2,85% |
| Juros 1ª Série 2ª Emissão | 6.278 | 19.964 | | | |
| Juros 2ª Série 2ª Emissão | 21.008 | 5.736 | | | |
| Custo de aquisição de debêntures | (776) | (691) | | | |
| Total | 236.046 | 363.983 | | | |

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

| Operação | 31/12/2024 | Juros | Pagamento de principal | Pagamento de juros | Pagamentos de custos | 31/12/2025 |
|-----------------------------|----------------|---------------|------------------------|--------------------|----------------------|----------------|
| Emissão de Debêntures | 363.983 | 45.510 | (155.678) | (17.683) | (86) | 236.046 |
| Total | 363.983 | 45.510 | (155.678) | (17.683) | (86) | 236.046 |
| Total circulante | 209.964 | - | - | - | - | 27.200 |
| Total não circulante | 154.019 | - | - | - | - | 208.846 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Debêntures--Continuação

a) Controladora--Continuação

| Operação | 31/12/2023 | Aquisição | Juros | Pagamento de principal | Pagamento de juros | Apropriação de encargos | 31/12/2024 |
|-----------------------------|----------------|----------------|---------------|------------------------|--------------------|-------------------------|----------------|
| Emissão de Debêntures | 282.327 | 330.000 | 43.725 | (281.040) | (11.509) | 480 | 363.983 |
| Total | 282.327 | 330.000 | 43.725 | (281.040) | (11.509) | 480 | 363.983 |
| Total circulante | 282.327 | - | - | - | - | - | 209.964 |
| Total não circulante | - | - | - | - | - | - | 154.019 |

b) Consolidada

A composição da emissão de debêntures e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Consolidado

| Operação | 31/12/2025 | 31/12/2024 | Vencimento | Periodicidade amortização | Taxa efetiva de juros |
|--|----------------|----------------|------------|---------------------------|-----------------------|
| 1ª Emissão de Debêntures - Controlada Lest | 37.443 | 37.503 | 15/03/2034 | Semestral | IPCA+5,3649% |
| Juros sobre debêntures - Controlada Lest | 587 | 572 | | | |
| 2ª Emissão de Debêntures - Controlada Arcoverde | 52.302 | 54.178 | 15/07/2042 | Semestral | IPCA+5,02% |
| Juros sobre debêntures - Controlada Arcoverde | 1.224 | 1.257 | | | |
| Custo de aquisição debêntures - Controlada Arcoverde | (954) | (1.011) | | | |
| 1ª Emissão de Debêntures - Controladora | 209.537 | 338.976 | 22/03/2028 | Única | DI+2.85% |
| Juros sobre debêntures - Controladora | 27.286 | 25.699 | | | |
| Custo de aquisição debêntures - Controladora | (777) | (691) | | | |
| Total | 326.648 | 456.483 | | | |

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Debêntures--Continuação

b) Consolidada--Continuação

Consolidado--Continuação

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

| Empresa / Operação | Consolidado | | | | | | | 31/12/2025 |
|-----------------------------|-------------|--------|------------------------|---------------------|---------------------|-------------------------|---------|------------|
| | 31/12/2024 | Juros | Pagamento de Principal | Pagamentos de Juros | Pagamento de custos | Apropriação de encargos | | |
| Emissão de debêntures (i) | 456.483 | 54.388 | (161.841) | (22.353) | (86) | 57 | 326.648 | |
| | 456.483 | 54.388 | (161.841) | (22.353) | (86) | 57 | 326.648 | |
| Total circulante | 217.814 | - | - | - | - | - | 35.195 | |
| Total não circulante | 238.669 | - | - | - | - | - | 291.453 | |

| Empresa / Operação | Consolidado | | | | | | | 31/12/2024 |
|-----------------------------|-------------|-----------|--------|------------------------|---------------------|-------------------------|--|------------|
| | 31/12/2023 | Aquisição | Juros | Pagamento de Principal | Pagamentos de Juros | Apropriação de encargos | Transferência para ativo mantido para venda (ii) | |
| Emissão de debêntures (i) | 701.305 | 330.000 | 85.168 | (297.139) | (32.752) | 716 | (330.815) | 456.483 |
| | 701.305 | 330.000 | 85.168 | (297.139) | (32.752) | 716 | (330.815) | 456.483 |
| Total circulante | 307.486 | - | - | - | - | - | - | 217.814 |
| Total não circulante | 393.819 | - | - | - | - | - | - | 238.669 |

- (i) Controlada Lest: Emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, emitida em 16 de setembro de 2019 no valor total de R\$27.000.000. Recursos utilizados em despesas relativas à implantação das linhas de transmissão. Amortizações semestrais com primeira parcela em 15 de setembro de 2023.

Não houve descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas, inexistindo evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas.

Controlada Arcoverde: Em 27 de setembro de 2019, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures, composta de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia de aval/fiança bancária e quitação para 15 de julho de 2042, cujo principal é atualizado pelo IPCA e juros remunerados por IPCA + 5,0196% a.a. Não houve descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e os índices financeiros foram auditados, inexistindo evento de vencimento antecipado relativos ao *covenants* contratual referente ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida previstos no item 23 da cláusula 4.1.2 da escritura da segunda emissão de debêntures da Arcoverde Transmissão, datada de 10 de setembro de 2019.

- (ii) Conforme reclassificação para Ativos não circulantes classificados como mantidos para venda (NE nº 10).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Debêntures--Continuação

b) Consolidada--Continuação

Consolidado--Continuação

Os vencimentos das parcelas classificado no passivo não circulante, desconsiderando o custo de aquisição estão distribuídos como segue:

| | <u>31/12/2025</u> |
|-------------|-------------------|
| 2027 | 20.195 |
| 2028 | 205.571 |
| 2029 | 9.527 |
| 2030 | 9.642 |
| 2031 a 2042 | <u>48.106</u> |
| | <u>293.041</u> |

18. Conta de ressarcimento - CCEE

Os valores são demonstrados como segue:

| | <u>Consolidado</u> | |
|----------------------------------|--------------------|-------------------|
| | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
| Ressarcimento CCEE 4º Quadriênio | 59.601 | 5.566 |
| Ressarcimento CCEE 3º Quadriênio | 27.351 | 49.325 |
| Ressarcimento CCEE 2º Quadriênio | - | - |
| Constrained-off | <u>(27.393)</u> | - |
| Total | <u>59.559</u> | <u>54.891</u> |
| Total circulante (i) | - | - |
| Total não circulante (ii) | <u>59.559</u> | <u>54.891</u> |

Controladas Mangue Seco 1,3 e 4

- (i) Corresponde à parcela da energia gerada abaixo do valor de contrato, que fica aquém do limite inferior da faixa de tolerância (10% abaixo do valor assegurado), referente a um período de 12 meses, adicionada de multa, sendo esta contabilizada no passivo circulante. Este saldo refere-se ao quadriênio já homologado, que foi de 07/2017 a 06/2021.
- (ii) A companhia decidiu manter o saldo no longo prazo após conclusão de um Benchmarking no qual foi identificado que o cronograma de pagamento tem previsão de ser divulgado no meio do ano com início de quitação após, pelo menos, 6 meses da data de divulgação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Imposto de renda e Contribuição social a pagar e diferidos

Os valores são demonstrados como segue:

| | Controladora | | Consolidada | |
|-----------------------------|---------------|---------------|----------------|---------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Impostos a pagar | - | - | 1.997 | 1.881 |
| Impostos diferidos (i) | 19.986 | 22.684 | 105.289 | 93.961 |
| Total | 19.986 | 22.684 | 107.286 | 95.842 |
| Total circulante | - | - | 1.997 | 1.881 |
| Total não circulante | 19.986 | 22.684 | 105.289 | 93.961 |

(j) Os saldos de IRPJ e CSLL da controladora referem-se ao valor calculado sobre a receita de avaliação do valor justo na aquisição dos investimentos da Arcoverde, TPAE e LEST, os valores são revertidos proporcionalmente a amortização do saldo do investimento. O valor de diferido das investidas, referem-se aos impostos sobre o ativo de contrato, que são realizados mensalmente à medida que a empresa recebe o AVC, e são constituídos pelas receitas contratuais.

20. Provisão contingente

A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e previdenciário, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Controladora não possui processos com prognóstico de perda provável ou possível.

Os valores são demonstrados como segue:

| | Consolidado | |
|---|--------------|--------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Provisão para contingências - Arcoverde | 237 | 164 |
| Provisão para contingências - Lest | 1.558 | 688 |
| Provisão para contingências - MS1 | 162 | 79 |
| Provisão para contingências - MS3 | 162 | 79 |
| Provisão para contingências - MS4 | 162 | 79 |
| Provisão para contingências - Espra | 2.633 | - |
| Total | 4.914 | 1.089 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisão contingente--Continuação

Controlada Arcoverde

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não possui processos com prognóstico possível e possui 15 processos de servidão e 5 processos de reparação de danos materiais com prognóstico remoto.

Controlada TPAE

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui processos com prognóstico de perda provável ou possível.

Controlada Sertões Holding

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui 21 processos de servidão e 2 processos cíveis com prognóstico provável.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui 1 processo civil sem valor potencial de perda e 1 processo trabalhista com prognóstico possível no valor de R\$410.

Controlada Mangue Seco 1

Em 31 de dezembro de 2025 a Usina Mangue Seco 1 possui 2 ações cíveis com prognóstico possível de perda no valor de R\$92, baseado no parecer emitido pelos advogados. Alguns processos tiverem os valores rateados tendo em vista que a Usina Mangue Seco 1, está localizada em áreas vizinhas à Usina Eólica de Mangue Seco 3 e Usina Eólica de Mangue Seco 4 e que compartilham áreas e ativos comuns.

Controlada Mangue Seco 3

Em 31 de dezembro de 2025 a Usina Mangue Seco 3 possui 2 processos de ações cíveis com prognóstico possível de perda no valor de R\$92, baseado no parecer emitido pelos advogados. Alguns processos tiverem os valores rateados tendo em vista que a Usina Mangue Seco 3, está localizada em áreas vizinhas à Usina Eólica de Mangue Seco 1 e Usina Eólica de Mangue Seco 4 e que compartilham áreas e ativos comuns.

Controlada Mangue Seco 4

Em 31 de dezembro de 2025 a Usina Mangue Seco 4 possui 2 processos de ações cíveis com prognóstico possível e 1 processo com prognóstico de provável perda baseado no parecer emitido pelos advogados. Alguns processos tiverem os valores rateados tendo em vista que a Usina Mangue Seco 4, está localizada em áreas vizinhas à Usina Eólica de Mangue Seco 1 e Usina Eólica de Mangue Seco 3 e que compartilham áreas e ativos comuns.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisão contingente--Continuação

Controlada Monte Paschoal Holding

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível.

Em 31 de dezembro de 2025 a companhia possui 4 processos cíveis com prognóstico provável no valor total de R\$2.633.

21. Provisão para desmobilização

Considerando que o parque eólico possui contratos de arrendamento do terreno e foram assumidas obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato, a provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Os cálculos foram efetuados com base em estimativa do custo total de desmontagem dos parques eólicos, conforme estudo realizado pela Delos Controle Patrimonial Avaliações e Sistema, levando em consideração os custos atrelados a desmobilização dos ativos (Nota 9).

Os passivos foram mensurados ao valor presente descontados por meio da taxa de 15,18%. As premissas utilizadas pela companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base no custo de capital da companhia.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 as premissas utilizadas para os cálculos foram atualizados com base em estimativa atual do custo total de desmontagem dos parques eólicos e também relativo ao prazo que o ativo será desmobilizado que é o término da renovação dos contratos de arrendamento dos parques eólicos.

| | Consolidada | |
|--|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Provisão para desmobilização - Saldo Inicial | 6.503 | 5.688 |
| Remensuração (i) | (6.485) | - |
| Atualização Monetária | 3 | 816 |
| Total | 21 | 6.504 |

(i) A movimentação no exercício se deu pelo novo laudo de reavaliação com a revisão das estimativas do cálculo da desmobilização, bem como custo dos serviços e também no prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Patrimônio líquido

a) Controladora

Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 é de R\$735.935 (R\$735.935 em 2024), representando 855.058.186 (855.058.186 em 2024) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

Na AGE de 15 de março de 2024 houve redução do capital social da Companhia no montante de R\$45.000.000,72 e o cancelamento de 52.283.977 ações ordinárias e sem valor nominal.

| | 31/12/2025 | | | 31/12/2024 | | |
|---------------|---------------------|----------------|---------------------|---------------------|---------|---------------------|
| | Quantidade de ações | R\$ mil | % do capital social | Quantidade de ações | R\$ mil | % do capital social |
| Vinci Energia | 855.058.186 | 735.935 | 100% | 855.058.186 | 735.935 | 100% |
| | 855.058.186 | 735.935 | 100% | 855.058.186 | 735.935 | 100% |

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|-------------------------------------|----------------|------------|
| Lucro líquido/Prejuízo do exercício | 103.029 | 25.856 |
| Reserva legal (5%) | 5.151 | 1.279 |
| Saldo inicial | 15.989 | 14.710 |
| Calculado no ano | 5.151 | 1.279 |
| Total | 21.140 | 15.989 |

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. O saldo remanescente terá destinação deliberada em Assembleia Geral.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Patrimônio líquido--Continuação

a) Controladora--Continuação

Dividendos--Continuação

| | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|--|-------------------|-------------------|
| Lucro líquido do exercício | 103.029 | 25.586 |
| Reserva legal (5%) | (5.151) | (1.279) |
| Base para dividendos | 97.878 | 24.307 |
| Alíquota | 25% | 25% |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 24.469 | 6.076 |
| Dividendos adicionais propostos | - | 18.231 |

Reserva de lucro

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

| | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Lucro líquido do exercício | 103.029 | 25.586 |
| Reserva legal (5%) | (5.151) | (1.279) |
| Dividendos propostos | (24.469) | (24.307) |
| Reserva de lucros | 73.409 | - |
| Saldo inicial | - | 3.960 |
| Distribuição de reserva de lucros | - | (3.960) |
| Calculado no ano | 73.409 | - |
| Total | 73.409 | - |

Lucro por ação

| | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|----------------------------|-------------------|-------------------|
| Lucro líquido do exercício | 103.029 | 25.586 |
| Lucro líquido por ação | 0,1205 | 0,0282 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Patrimônio líquido--Continuação

a) Controladora--Continuação

Participação de não controladores

A Companhia detém 90,35% da empresa Transmissora Porto Alegre de Energia S.A., portanto o total de 9,65% compreende a participação de não controladores, conforme demonstrado a seguir:

| | TPAE | | Participação de não controladores 9,65% | |
|---------------------------|---------------|---------------|---|--------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Capital social | 38.146 | 38.146 | 3.681 | 3.681 |
| Reserva de capital | 6 | 6 | 1 | 1 |
| Reserva legal | 2.303 | 1.781 | 222 | 172 |
| Reserva de lucro | 25.400 | 15.487 | 2.451 | 1.494 |
| Patrimônio Líquido | 65.855 | 55.420 | 6.355 | 5.348 |

23. Receita operacional líquida

Os valores são demonstrados como segue:

| | Controladora e Consolidado | |
|--|----------------------------|----------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Receita de construção | 1.750 | 30.621 |
| Remuneração dos ativos da concessão | 146.959 | 193.692 |
| Receita de O&M | 17.668 | 19.746 |
| (+/-) Receita contratual X Receita realizada | (829) | (5.157) |
| Fresh start | 7.777 | 60.552 |
| Receita de geração (i) | 128.784 | 127.827 |
| Curtaíment (ii) | 27.393 | - |
| Remensuração do ativo de contrato | 35.002 | - |
| (-) Tributos sobre a receita | (13.304) | (15.596) |
| (-) Encargos do consumidor | (2.384) | (2.991) |
| Total | 348.816 | 408.694 |

(i) Em 2025, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) impôs sucessivas restrições à geração de energia por ativos eólicos e fotovoltaicos, especialmente no Nordeste. Entre os empreendimentos afetados está o complexo Mangue Seco, incluindo Mangue Seco 1, 3 e 4. Essas restrições resultaram em uma redução de 35,22%, 35,22%, 35,22%, respectivamente, na geração em relação à meta contratual, impactando diretamente a receita anual da empresa.

(ii) Corresponde a receita gerada no exercício de 2025 referente a movimentação de curtaíment.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Custos e despesas operacionais

Os valores são demonstrados como segue:

| | Consolidado | |
|---|-----------------|-----------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Custo com depreciação e amortização | (25.579) | (22.153) |
| Custo com serviços de terceiros | (20.731) | (23.244) |
| Custo com pessoal | (8.561) | (8.450) |
| Custos com construção | (1.306) | (23.383) |
| Custo com tributos | (3.803) | (3.535) |
| Custo com provisão/reversão contingente | (3.503) | 2.208 |
| Custo com energia comprada para revenda | (2.840) | (2.716) |
| Custo com seguros | (1.073) | (2.768) |
| Custo com materiais | (529) | (1.215) |
| Custo com pagamento contingente | (158) | - |
| Custo com matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica | - | (1.345) |
| Custo com Write off de clientes | - | (1.203) |
| Demais custos | 1.295 | (6.623) |
| Total | (66.788) | (94.427) |

25. Outras despesas e receitas operacionais

Os valores são demonstrados como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Pessoal | (7.376) | (7.763) | (7.775) | (8.210) |
| Serviços de terceiros | (1.544) | (1.894) | (5.128) | (6.018) |
| Depreciação e amortização | (107) | (123) | (144) | (170) |
| Perdas na desativação de bens | (335) | (335) | (335) | (335) |
| Multas contratuais e regulatórias (i) | - | - | - | (7.199) |
| Despesas legais e judiciais | - | - | - | (1.305) |
| Gastos diversos | (1.272) | (1.503) | (3.273) | (2.941) |
| (-) Recuperação de despesas | 41 | 328 | 1.315 | 1.123 |
| Total | (10.593) | (11.290) | (15.340) | (25.055) |

(i) Controlada Mangue Seco 1, 3 e 4: Corresponde a multa sobre a parcela da energia gerada abaixo do valor de contrato, que fica aquém do limite inferior da faixa de tolerância (10% abaixo do valor assegurado).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Resultado financeiro

Os valores são demonstrados como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------------|-----------------|-----------------|------------------|------------------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Juros e variações monetárias | (164) | (2.052) | (78.540) | (77.828) |
| Juros sobre debentures | (45.510) | (43.725) | (54.445) | (85.170) |
| Juros de arrendamento | - | - | (966) | - |
| Passivo financeiro setorial | - | - | (121) | (44) |
| Despesa com derivativos | - | - | (489) | - |
| Multas e acréscimos moratórios | (4) | - | (95) | (407) |
| IOF, Comissões e taxas | (873) | (864) | (3.569) | (4.209) |
| Outras despesas financeiras | (262) | (303) | (454) | (2.639) |
| Total | (46.813) | (46.944) | (138.679) | (170.297) |
| | - | - | - | - |
| | Controladora | | Consolidado | |
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Receita com aplicações financeiras | 1.070 | 751 | 14.868 | 14.589 |
| Juros sobre mútuo | 2 | - | 3.544 | 1.011 |
| Receitas com derivativos | - | - | - | 1.920 |
| Outras receitas financeiras | - | - | 76 | 3.075 |
| Total | 1.072 | 751 | 18.488 | 20.595 |
| Resultado financeiro líquido | (45.741) | (46.193) | (120.191) | (149.702) |

27. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

| | Nível | Controladora | | Consolidada | |
|--|-------|--------------|------------|-------------|------------|
| | | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 2 | 5.431 | 2.366 | 95.508 | 68.988 |
| Títulos e valores mobiliários | 2 | 9 | 6.540 | 25.210 | 30.119 |
| | Nível | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Ativos mensurados pelo custo amortizado | | | | | |
| Contas a receber de clientes | 2 | - | - | 22.637 | 19.068 |
| | Nível | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Passivo mensurados pelo custo amortizado | | | | | |
| Empréstimos | 2 | - | - | 688.204 | 750.767 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 2 | - | - | 5.709 | 4.781 |
| Debêntures | 2 | 236.046 | 363.983 | 326.648 | 456.483 |
| Fornecedores | 2 | 373 | 406 | 7.305 | 15.493 |
| Passivo de arrendamentos | 2 | 597 | 925 | 14.765 | 15.771 |

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

A Administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor

recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.

27.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

a) Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

27.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

a) Risco de crédito--Continuação

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

b) Risco de capital

A Companhia administra seu capital de forma a garantir a continuidade operacional e, ao mesmo tempo, maximizar o retorno para todas as partes interessadas. Isso é feito por meio da otimização do equilíbrio entre dívida e patrimônio.

c) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Instrumentos financeiros--Continuação

27.2. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

28. Seguros

a) Controlada Lest

| | Modalidade | Importância segurada | Período de Vigência |
|---------------------------|------------------------------|-------------------------|---|
| Fator Seguradora S.A. (i) | Risco Operacional | 70.000 | 21 de maio de 2025 até 21 de maio de 2026 |
| Chubb Seguros Brasil (ii) | Responsabilidade Civil Geral | 20.000 | 06 de maio de 2025 até 06 de maio 2026 |

(i) A Companhia possui a apólice emitida pela Fator Seguradora S/A, para coberturas de Riscos Operacionais Limite máximo de indenização de R\$70.000 e um prêmio anual no valor de R\$235.772.

(ii) Seguro de Responsabilidade Civil Geral, com apólice 16.51.0046100.12, pela Chubb Seguros Brasil, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, com limite máximo de indenização de R\$20 milhões. e um prêmio anual no valor de R\$41.343.

b) Controlada Arcoverde

| | Modalidade | Importância segurada | Período de Vigência |
|--------------------------------|------------------------|-------------------------|---|
| Fator Seguradora S.A. (i) | Risco Operacional | 70.000 | 21 de maio de 2025 até 21 de maio de 2026 |
| Chubb Seguros Brasil S.A. (ii) | Responsabilidade Civil | 20.000 | 06 de maio de 2025 até 06 de maio 2026 |

(i) A Companhia possui a apólice emitida pela Fator Seguradora S/A, para coberturas de Riscos Operacionais Limite máximo de indenização de R\$70.000 e um prêmio anual no valor de R\$416.383.

(ii) Companhia possui um contrato de seguro de Responsabilidade Civil Geral garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 005/2016-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública. As garantias de indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços. Limite máximo de indenização de R\$20 milhões e um prêmio anual no valor de R\$38.502.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Seguros--Continuação

c) Controlada Tpa

| | Modalidade | Importância segurada | Período de Vigência |
|-------------------------|------------------------|---------------------------------|---|
| Seguro Tokio Marine (i) | Risco Operacional | 30.000 | 12 de setembro de 2025 até 12 de setembro de 2026 |
| Chubb Seguros (ii) | Responsabilidade Civil | 15.000 | 31 de março de 2025 até 31 de março de 2026 |

(i) Seguro de risco operacional, com apólice 00004121, emitido pela Tokio Marine Seguradora, com limite máximo de indenização de R\$30 milhões e um prêmio anual no valor de R\$105.410.

(ii) Seguro de Responsabilidade Civil Geral, com apólice 17.51.0043508.12, pela Chubb Seguros, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, com limite máximo de indenização de R\$15 milhões e um prêmio anual no valor de R\$23.790.

d) Controlada Mangue Seco 1

| Ramos | Importâncias seguradas | Apólice | Vigência |
|----------------------------|-----------------------------------|----------------|--------------------------------|
| Riscos Operacionais (a) | 150.000 | 00004197 | 21/11/2025 a 21/11/2027 |
| Responsabilidade Civil (b) | 5.000 | 1.510.007.658 | 21/11/2025 a 21/11/2026 |

Foram renovados os seguros de Responsabilidade Civil e Risco Operacional, pela Chubb e pela Tokio Marine, respectivamente.

(a) Seguro de risco operacional, com apólice 00004197, emitido pela Tokio Marine Seguradora, com limite máximo de indenização de R\$150 milhões e um prêmio anual no valor de R\$333.255,21.

(b) Seguro de Responsabilidade Civil Geral, com apólice 1.510.007.658, pela Chubb Seguros Brasil, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, com limite máximo de indenização de R\$5 milhões. e um prêmio anual no valor de R\$6.530,21.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Seguros--Continuação

e) Controlada Mangue Seco 3

| Ramos | Importâncias seguradas | Apólice | Vigência |
|----------------------------|------------------------|---------------|-------------------------|
| Riscos Operacionais (a) | 150.000 | 00004197 | 21/11/2025 a 21/11/2027 |
| Responsabilidade Civil (b) | 5.000 | 1.510.007.657 | 21/11/2025 a 21/11/2026 |

Foram renovados os seguros de Responsabilidade Civil e Risco Operacional, pela Chubb e pela Tokio Marine, respectivamente.

- (a) Seguro de risco operacional, com apólice 00004197, emitido pela Tokio Marine Seguradora, com limite máximo de indenização de R\$150 milhões e um prêmio anual no valor de R\$333.255,21.
- (b) Seguro de Responsabilidade Civil Geral, com apólice 1.510.007.657, pela Chubb Seguros Brasil, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, com limite máximo de indenização de R\$5 milhões. e um prêmio anual no valor de R\$6.542,03

f) Controlada Mangue Seco 4

| Ramos | Importâncias seguradas | Apólice | Vigência |
|----------------------------|------------------------|---------------|-------------------------|
| Riscos Operacionais (a) | 150.000 | 00004197 | 21/11/2025 a 21/11/2027 |
| Responsabilidade Civil (b) | 5.000 | 1.510.007.662 | 21/11/2025 a 21/11/2026 |

Foram renovados os seguros de Responsabilidade Civil e Risco Operacional, pela Chubb e pela Tokio Marine, respectivamente.

- (a) Seguro de risco operacional, com apólice 00004197, emitido pela Tokio Marine Seguradora, com limite máximo de indenização de R\$150 milhões e um prêmio anual no valor de R\$333.255,21.
- (b) Seguro de Responsabilidade Civil Geral, com apólice 1.510.007.662 pela Chubb Seguros Brasil, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, com limite máximo de indenização de R\$5 milhões. e um prêmio anual no valor de R\$6.972,96

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Seguros--Continuação

g) Controlada Espra

| Ramos | Importâncias seguradas | Apólice | Vigência |
|----------------------------|------------------------|--------------------------|-------------------------|
| Riscos Operacionais (a) | 208.300 | 046692025100101180002981 | 24/11/2025 a 24/11/2026 |
| Responsabilidade Civil (b) | 30.000 | 16.51.0045087.28 | 25/11/2025 a 25/11/2026 |

- (i) Seguro de risco operacional, com apólice emitida pela Fairfax Seguradora, com limite máximo de indenização de R\$208.3 milhões e um prêmio anual no valor de R\$742.341.
- (ii) Seguro de Responsabilidade Civil Geral, com apólice emitida pela Chubb Seguros, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, com limite máximo de indenização de R\$30 milhões e um prêmio anual no valor de R\$39.529.

Diretoria Executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora

Vagner Alexandre Serratto
Diretor

Responsável técnico pelas demonstrações financeiras

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9

V2I ENERGIA

